



LABAREDA

ÓRGÃO DO COMITÊ ANTI-IMPERIALISTA GENERAL ABREU E LIMA – CAL

A LUTA, INCENDEIA!

COMITÊ
ANTI-IMPERIALISTA
GENERAL
ABREU E
LIMA



EDIÇÃO Nº 03 (TRÊS), OUTUBRO DE 2021. BRASÍLIA – DF – BRASIL

CALENDÁRIO ELEITORAL AMÉRICA LATINA

É TEMPO DE FAZER A
VERDADEIRA
INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL.

2021

ARGENTINA

12 SEPTIEMBRE
ELECCIONES PRIMARIAS
14 NOVIEMBRE
ELECCIONES LEGISLATIVAS

PARAGUAY

10 OCTUBRE
ELECCIONES MUNICIPALES

NICARAGUA

7 NOVIEMBRE
ELECCIONES PRESIDENCIALES
Y LEGISLATIVAS

HAITÍ

7 NOVIEMBRE
ELECCIONES PRESIDENCIALES
Y LEGISLATIVAS

CHILE

21 NOVIEMBRE
ELECCIONES PRESIDENCIALES
Y LEGISLATIVAS
19 DICIEMBRE
2DA VUELTA PRESIDENCIAL

VENEZUELA

21 NOVIEMBRE
ELECCIONES REGIONALES Y
MUNICIPALES

HONDURAS

28 NOVIEMBRE
ELECCIONES PRESIDENCIALES,
LEGISLATIVAS Y MUNICIPALES

2022

HAITÍ

23 ENERO
2DA VUELTA PRESIDENCIAL

COLOMBIA

13 MARZO
ELECCIONES LEGISLATIVAS
29 MAYO
ELECCIONES PRESIDENCIALES
19 JUNIO
2DA VUELTA PRESIDENCIAL

COSTA RICA

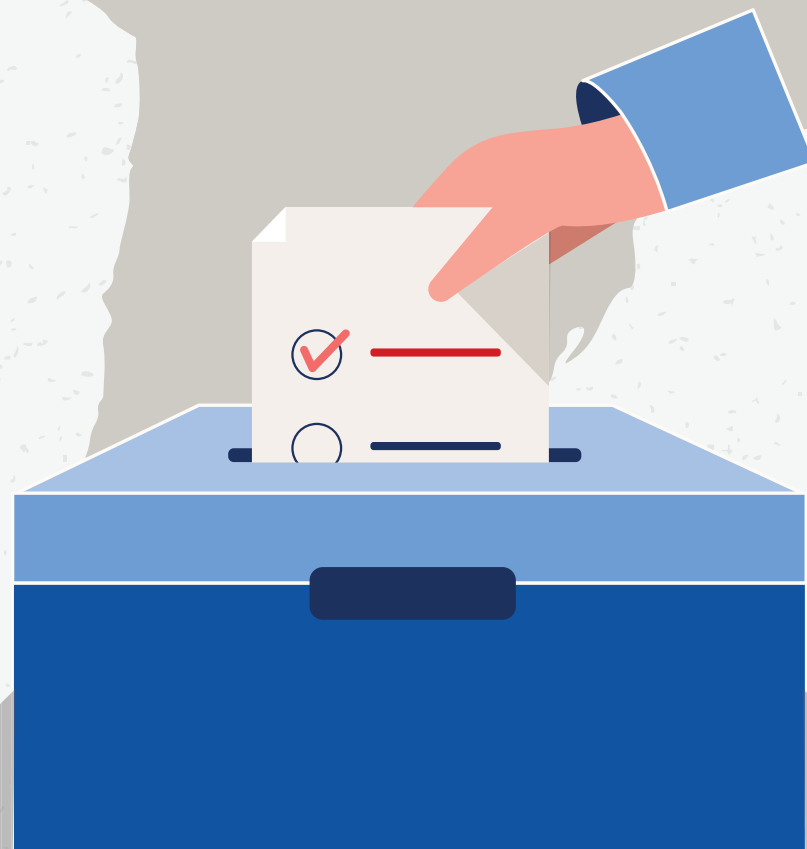
5 FEBRERO
ELECCIONES PRESIDENCIALES

BRASIL

2 OCTUBRE
ELECCIONES PRESIDENCIALES,
LEGISLATIVAS Y ESTADUALES
23 OCTUBRE
2DA VUELTA PRESIDENCIAL

PERÚ

7 OCTUBRE
ELECCIONES REGIONALES



A LUTA DO POVO BOLIVIANO.

COLÔMBIA: A DEMOCRACIA MAIS
ANTIGA E SÓLIDA DA AMÉRICA LATINA?



UM OLHAR SOBRE CUBA

ISRAEL – PALESTINA
QUE CONFLITO É ESSE?

EDITORIAL

A luta pela revolução socialista sempre estará no cotidiano do proletariado de todos os povos, enquanto o imperialismo seguir impondo miséria, ignorância e suas políticas criminais, com intervenções militares, bloqueios econômicos ou apoiando governantes que são verdadeiros lacaios da burguesia, parasitas históricos, que insistem, como um cadáver insepulto, em explorar e oprimir as classes trabalhadoras no mundo.

Muitos povos da América Latina e Caribe registram neste ano o bicentenário da independência, que, gloriosamente, com armas em punho, expulsaram o colonizador e conquistaram sua liberdade enquanto nações soberanas e autônomas, especialmente as lideradas por Simón Bolívar e seu glorioso exército libertador, formado por nativos, indígenas e negros, que deixaram vivo até os dias atuais o sonho da Pátria Grande. Este não foi o caso do Brasil, que ainda não efetivou sua verdadeira soberania, mesmo após 521, quando ainda serve aos senhores imperiais; primeiro foram os portugueses, depois os ingleses e, agora o Estado mais criminoso da história da humanidade, os EUA.

O Labareda, veículo do Comitê anti-imperialista general Abreu e Lima, nesta terceira edição, reafirma o compromisso de estar ao lado dos povos em defesa da soberania, autodeterminação e contra as agressões do imperialismo e seus lacaios, bem como no combate ao neoliberalismo e todas as formas de opressão. O Comitê atuando fazendo a denunciar dos crimes praticados pelos governantes que, no lugar de representarem os interesses de suas nações, atuam como executivos do Império, como é o caso dos governos de inúmeros países na região, com destaque o Brasil, a Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai, semeando discórdia, mentiras e sabotando as relações de amizade e comerciais históricas entre os povos da região.

Neste ano acontecerão importantes eleições em países da região. A Venezuela, depois de avançar na Mesa de Negociações realizadas no México, realizará a 28ª eleição desde a primeira vitória de Hugo Chávez, em 1998. Eleições livres e plurais que sempre tiveram seus resultados respeitados, mesmo algumas tendo sido sabotadas e boicotas pela oposição, fará em 21 de novembro uma mega eleição para câmaras municipais, prefeituras e governadores. Apesar de todos os ataques dos EUA e seus agentes a Revolução Bolivariana segue avançando; em 7 de novembro haverá eleição presidencial na Nicarágua, com o presidente Daniel

Ortega enfrentando a criminoso campanha de mentiras e sabotagens, financiadas e organizadas diretamente pelo embaixador estadunidense em Manágua. Eleições que são fundamentais para que a FSLN siga fortalecendo a soberania e a dignidade do povo nicaraguense; no Chile, depois da importante eleição que elegeu a maioria de esquerda para a Assembleia Nacional Constituinte haverá eleição presidencial, com as forças populares tendo reais possibilidades de vencer o pleito; o mesmo em Honduras, onde depois do golpe que sequestrou e cassou o presidente Manoel Zelaya, em 2009, a candidata da esquerda Xilmara Castro poderá vencer. Também acontecerá eleição no Paraguai e Haiti. Portanto, até o fim do ano muitas mudanças poderão ocorrer na região, dando sequencia a importante vitória que representou a eleição de Pedro Castillo, presidente do Peru, o retorno do MAS, com Luiz Arce, na Bolívia.

Na Colômbia por meses o Paro Nacional evidenciou os crimes do narcogoverno de Iván Duque, detalhados no artigo COLÔMBIA: A DEMOCRACIA MAIS ANTIGA E SÓLIDA DA AMÉRICA LATINA?, de Lucas Vargas. Foram dezenas de assassinatos de jovens e militantes por forças militares e paramilitares e os organismos internacionais e a mídia internacional fazendo de conta que nada acontecia. Em 2022 haverá eleição presidencial no país, que tem em suas organizações populares, da juventude e dos trabalhadores mostrado aos demais povos da região que o caminho para enfrentar os governos fascistas é a organização e o combate.

A luta do povo palestino contra o sionismo e o estado terrorista de Israel segue. Sayd Tenório, em ISRAEL – PALESTINA: QUE CONFLITO É ESSE? possibilita entender esse conflito que destrói cidades inteiras, mata crianças e impunemente há mais de 70 ocupa o território da Palestina.

O ex-embaixador da Bolívia no Brasil, José Kin Franco, escreveu A luta do povo boliviano, mostrando a gloriosa luta deste povo que tem ensinado aos demais povos a persistência, coragem e disposição para derrotar os novos colonizadores e avançar na construção de uma sociedade justa, igualitária e avançada.

Nesta edição também há um artigo de Josef Stalin em homenagem a Lênin, leitura muito importante em tempos atuais, com a negação da luta revolucionária e a importância da URSS para a libertação dos povos no mundo.

Publicamos ainda um texto de Che Guevara sobre Karl Marx, editado em 2007, em Havana, Cuba. “Introdução para uma biografia de Marx e Engels”, mostra a grandeza desses gigantes revolucionários.

Também há um artigo sobre Cuba, de João Guilherme, e outro de Pedro Batista, É TEMPO DE FAZER A VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, que destaca a necessidade de se debater o bicentenário da independência brasileira, que ocorrerá em 2022.

Construir a Pátria Grande e seguir combatendo a exploração da burguesia, o capitalismo e o imperialismo e seus agentes é a tarefa que nos dedicamos. “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”, disse Lênin, portanto estudar, debater e formular nossas tarefas revolucionárias são fundamentais.



SUMÁRIO

04 UM OLHAR SOBRE CUBA.

09 A LUTA DO POVO BOLIVIANO.

11 COLÔMBIA: A DEMOCRACIA MAIS ANTIGA E SÓLIDA DA AMÉRICA LATINA?

21 ISRAEL – PALESTINA: QUE CONFLITO É ESSE?

24 É TEMPO DE FAZER A VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

30 LÊNIN.

33 INTRODUÇÃO A BIOGRAFIA DE MARX E ENGELS.

EXPEDIENTE

LABAREDA – órgão do Comitê Anti-imperialista general Abreu e Lima

Edição nº 03 (três), outubro de 2021 - Brasília – DF – Brasil.

Editor: Pedro César Batista (Jornalista DRT/DF – 02483)

Criação e arte: Alex Castro

Conselho Editorial: Alex Castro, Ana Carolina Gomes, Alfredo Alencastro (Reg Prof.: 8.671/2010/MTb/ DRT/DF), Brenno Lima (DF), João Alvim, João Guilherme, Pedro César Batista.

Ana Carolina Gomes (DF), Afonso Magalhães (DF), Brenno Lima (DF), João Guilherme (DF), José Kinn Franco (Bolívia), João Alvim (DF), Lucas Vargas (DF), Pedro César Batista (DF), Sayid Marcos Tenório (DF).



UM OLHAR SOBRE CUBA

*João Guilherme**

AO LEITOR: A intenção desse artigo é apresentar informações relevantes para se fazer entender alguns acontecimentos dos maiores protestos ocorridos em Cuba desde o Maleconazo, nos anos 90. Mas, mais do que isso, entender como e porque o que nos foi apresentado pelas principais mídias representa a mais pura e pública propaganda da guerra híbrida promovida em favor do governo americano. Como o espaço é limitado, colocarei, ao longo do texto, algumas recomendações e fontes que poderão ser facilmente encontradas em documentos públicos e na internet. Na realidade, farei uma breve digressão em alguns temas pouco debatidos ou natura-

lizados pela mídia. Para reduzir os riscos dos fãs da teoria da ferradura compararem esse texto com os dos conspiracionistas da extrema direita (não que a opinião desse tipo de leitor importe), **NENHUMA** fonte “comprometedora” ao governo dos EUA saiu do governo cubano, de periódicos marxistas ou das páginas de Galeano. Apenas documentos oficiais do governo americano e, algumas vezes, matérias de jornais “mainstream” desinteressados em uma revolução comunista foram necessários para mostrar a intensa participação e preocupação do governo estadunidense nas terras de Fidel.



COVID-19: O biênio 2020-2021 foi o mais traumático para o povo cubano desde o Período Especial, após o repentino esfacelamento da União Soviética. A pandemia do COVID-19 causou uma retração de 11% do PIB em 2020, especialmente no setor de turismo, tudo indicando para a continuidade da crise, apesar de menos intensa. Tudo isso ocorreu durante um endurecimento do embargo promovido pelo governo Trump e da mais importante reorganização econômica desde a revolução, chamada de Tarefa Ordenamento.

Para entender a situação sanitária de Cuba durante a Pandemia, faremos a comparação com o Estado de Pernambuco, com população e área parecidas. Até o dia 1 de janeiro de 2021, Cuba tinha registrado 12.056 casos e 146 mortes.

Pernambuco, no mesmo período, contava com 222.993 casos e 9.666 mortes. Algo mudou radicalmente a partir daí: hoje (28/08/2021) Cuba conta com 634.161 casos e 5.067 mortes, enquanto Pernambuco acumula 606.439 casos e 19.359 mortes. Apesar das semelhanças, nenhum estado brasileiro esteve refém de um inimigo externo tão poderoso e tão geograficamente próximo como os EUA. A já conhecida política criminoso do embargo impediu, atrasou ou encareceu consideravelmente o acesso às mais básicas ferramentas de combate à crise sanitária, como respiradores e seringas. Felizmente o povo cubano foi capaz de desenvolver as primeiras vacinas completamente nacionais da América Latina e que já imunizaram completamente mais de um terço da população.



Enfermeira aplicando a vacina Soberana 2 em um voluntário durante seu ensaio de fase III em Havana. (Joaquín Hernandez / AFP)

Segundo informações da biofarmacêutica estatal BioCubaFarma, citando dados preliminares de testes de fase final, a vacina Soberana 2, desenvolvida em Cuba, mostrou 62 por cento de eficácia com apenas duas de suas três doses recomendadas.

PROTESTOS: As aves do Bosque Martiano del Ariguanabo devem ter ouvido as primeiras palavras dos atos contra o governo e que chamariam a atenção do mundo nas próximas semanas no dia 11 de julho. Esse parque exuberante foi inaugurado em memória aos 99 anos da queda em combate Del Maestro José Martí e fica na saída da municipalidade de San Antonio de Los Baños, há pouco mais de trinta quilômetros do Centro de Havana. Do outro lado do país, em Palma Soriano, o mesmo ritmo era ouvido: **Pátria y Vida** (*How 'Patria y Vida' became the anthem of Cuban anti-government protests, CNN*), um reggaeton/hip-hop que pretende inverter os ideais do mote revolucionário “Pátria o Muerte” em nome da “liberdade” de Miami. Segundo um dos criadores da canção, Yotuel Romero, a intenção era despertar a juventude cubana contra o despotismo do governo estabelecido em 1959. Yotuel até participou das manifestações, mas em Miami, em frente ao Versailles Restaurant (sim, esse é o nome do estabelecimento). Desse dia em diante, o movimento se espalhou para outras cidades, destacando-se a convocação feita pelo **Movimiento San Isidro** para que os manifestantes ocupassem o Malecón, principal avenida costeira de Havana.

Tudo poderia soar como um processo orgânico e natural para um fervoroso povo. Mas é muito difícil

distinguir o que foi espontaneamente feito e o que foi construído na base de dólares e ameaças. Especialmente vindo de duas instituições: National Endowment for Democracy e USAID, atualmente dirigida por Samantha Power (guarde esse nome). Ambas foram criadas durante o governo de Ronald Reagan para a “promoção de valores democráticos pelo mundo”. Assim como o seu presidente fundador, esses organismos não reconheceram uma ameaça para a democracia no rei Saudita e nos mujahideen do Afeganistão.

Uma breve lista dos ativistas independentes de Direitos Humanos apoiados com centenas de milhares de dólares por essas instituições: Orlando Gutiérrez-Boronat, fundador do Directorio Democrático Cubano (Para saber que tipo de democracia ele apoia, ver a matéria *No Rio, presidente eleito conversa com ativista dissidente cubano, Agência Brasil*). A produção musical foi outra fonte de ataques contra o governo revolucionário, incluindo o Cartel Cubano, que recebeu setenta mil dólares para “empoderar artistas de hip hop local”, Denis Solis (conhecido por ter transmitido pelo Facebook o que dizia ser uma intimidação policial, proclamando apoio à campanha de Trump em 2022 e reiteradamente chamando o policial de Maricón).

Foi nesse contexto nada natural que várias figuras da cena musical local foram divulgadas pela mídia



internacional como verdadeiras vozes da democracia em Cuba (*US agency infiltrated Cuban hip-hop scene to spark youth unrest, The Guardian*). Aparentemente, até a diretora da USAID é uma grande fã da cena do hip hop cubano, um gosto um tanto atípico para uma burocrata e acadêmica de Washington: apenas uma semana após o lançamento de Patria Y Vida, ela já estava compartilhando o vídeo clipe da música no Twitter oficial. Aliás, o alto escalão do

governo americano parece ter um profundo interesse na cena do reggaeton habanera promovendo lives com o Departamento de Estado e reconhecendo Patria Y Vida como um case de sucesso que deveria ser repetido e fortalecido em nome da democracia (Notice of Funding Opportunity Number: 7200AA21RFA00024, USAID).

(*US sent operatives undercover in anti-Cuba scheme, Boston Globe*)



MÍDIA: Um dos primeiros veículos responsáveis pela divulgação de informações sobre os atos em Cuba foi a **Radio y Televisión Martí**, sediada em Miami e com um orçamento anual de quase trinta milhões de dólares. Pertence à Agência de Mídia Global do Governo Americano, também responsável pela Voice of America, Radio Liberty (focada em “notícias” na ex-repúblicas soviéticas, Afeganistão, balcãs, Afeganistão, Irã e Iraque) e a Radio Free Asia (dedicada ao Vietnã; China; Tibet e Xinjiang, províncias

na China; Camboja, Laos, Coreia do Norte e Myanmar). É a mídia pioneira quando o assunto é apresentar a narrativa mais favorável ao seu financiador (muitas vezes com um orçamento maior do que as principais mídias locais), o governo dos EUA.

Mas não só desse tipo de imprensa vive a desinformação. Outras duas importantes fontes são responsáveis por consolidar, de fato, a opinião pública global sobre um assunto: a grande mídia impressa e, o mais importante, as

agências de mídia. As primeiras são as mais conhecidas e reconhecidas fontes de informação para a população. Muitas vezes os grandes jornais do Brasil, por exemplo, reproduzem as informações dos seus pares da Europa e, principalmente, dos EUA, com orçamento e credibilidade muito maiores. Sigamos o fio de informações desde o Brasil com as primeiras matérias sobre os protestos, todas no dia 11 de Julho, em três importantes veículos de imprensa: “Milhares saem às ruas para protestar contra o governo em

Cuba”, Folha de São Paulo; “Cuba tem protestos contra o governo em Havana e várias cidades”, Estadão; “Cuba é abalada por manifestações inéditas contra o governo; país tem maior crise em 30 anos”, Correio Braziliense.

É previsível que cada um desses jornais não tenha correspondentes para cada país do mundo. Portanto é natural que sua fonte de informação seja terceirizada para outra empresa. Mas qual?

Antes de responder, vejam mais outras três publicações, mas agora dos principais jornais americanos: “Thousands march in Cuba in rare mass protests amid economic crisis” The Guardian; “‘The Spark Has Been Lit’: Cuban Dissidents Feel Emboldened Despite Crackdown” New York Times; “À Cuba, les manifestants défient le régime castriste”, Le Figaro. Daí já falamos dos principais jornais em circulação nos Reino Unido, Estados Unidos e França,

respectivamente. Bilhões de dólares não foram suficientes para garantir uma fotografia que correspondesse à realidade. Os dois primeiros jornais publicaram a foto de um ato pró-revolução como se fosse contrário, mas discretamente editaram suas matérias após serem desqualificados nas redes sociais.

No entanto, exceto por uma antologia picotada de registros feito por jornalistas na matriz (bem longe do solo cubano), eles costumam adaptar informações coletadas pelo oligopólio de três agências de notícias: Associated Press (estadunidense), Agence France-Presse (francesa) e Reuters (anglo-canadense). Todas são fortemente influenciadas pelas “relações governamentais” dos países do centro do capitalismo. Um trabalho aprofundado e cheio de relatos pode ser encontrado no traba-

lho completo de Vinícius Moraes para a Revista Ópera (A Propagação Hegemônica: como as agências globais e a mídia ocidental cobrem a geopolítica), o que cobriria várias páginas e ignoraria o trabalho primoroso do camarada.

Mesmo os jornais como o NYT sofrem a pressão do governo americano e da própria equipe editorial, como foi o caso dos vazamentos de espionagem da NSA e de crimes de guerra envolvendo as tropas americanas no Oriente Médio, atrasados e suavizados para reduzir o dano à imagem de Washington. Mais uma menção honrosa pode ser feita ao gigante canal de direta, Fox News: ao vivo colocaram um vídeo de protestos pró-revolução como se fosse da oposição, chegando a borrar cartazes que indicavam apoio ao governo de Díaz-Canel.

CONCLUSÃO: Buscando evitar uma sexta página, o desfecho assim como esse texto, para na metade. A revolução na pequena ilha caribenha continua lutando contra o maior colosso militar e econômico da história com uma participação popular na política desconhecida ao estadunidense médio. Milhares de burocratas continuarão agitados nos corredores de DC buscando uma nova e mais criativa forma de derrubar o que foi erguido pelo poder do povo cubano. Talvez, da próxima vez, eles enviem uma música eletrônica ou dança no TikTok.

**João Guilherme, estudante da UnB e militante da UJC.*





A LUTA DO POVO BOLIVIANO

*Jose Kinn **

A humanidade vive hoje um cenário mundial de agravamento de tensões e contradições. É evidente que a crise da ordem mundial atual se prolonga sem saída visível, a crise é ainda mais evidente pela sua profundidade e pelo enfraquecimento do poder do império em várias frentes. Essa fragilidade, por sua vez, tem a ver com o surgimento de potências não subordinadas, que ganham espaços importantes na economia mundial e também com a rebelião e resistência dos povos que cada vez menos se deixam manipular e se conscientizam cada vez mais dos seus direitos e das amarras que impedem o seu bem-estar.

Nesse contexto, o povo boliviano, que acumulou níveis significativos de consciência em sua longa e combativa luta, vem desenvolvendo um processo de mudança denominado

“Revolução Democrática Cultural”. Os setores populares ascenderam ao poder em 2006 e em 14 anos realizaram profundas transformações sociais e econômicas, com pleno exercício de sua independência e soberania; alguns deles irreversíveis; Essa realidade, como era de se esperar, desencadeou uma reação selvagem dos setores conservadores e dos governos dos Estados Unidos, que desde 2006 não desistiram do assédio político, com vestes democráticas, mas sempre escondendo a opção golpista na manga.

A construção desta nova Bolívia está prenhe de acertos, erros e limitações por parte dos setores populares. A oposição, guiada pela ciza e aproveitando as fragilidades dos estamentos progressistas, ganhou força temporariamente em

2019 e conseguiu interromper o processo de mudança por meio de um golpe, preparado com muita antecedência e de jeito sangrento, tirando a vida de patriotas e gerando milhares de perseguições e prisões políticas.

As forças da oposição, que apesar de estarem em crise (e continuarão), temporariamente conquistaram apoios significativos, assumiram o poder e iniciaram um exercício de poder caracterizado pela ausência de respostas aos problemas do país, por uma manifesta desorganização, intelectualmente pobre, eticamente fraco; Nesse contexto, e a pesar das manobras prorroguistas, não conseguiram deter às lutas populares, que somado à falta de um projeto de país, e à corrupção descarada, resultaram em setores conservadores desmorali-

zados e foram finalmente derrotados nas eleições de outubro de 2020, resultado que desmentiu a suposta fraude de 2019.

Hoje, a construção da nova Bolívia é retomada em um cenário muito mais complexo e adverso devido à destruição da economia pelo governo de fato, à pandemia e à retração econômica global. Porém, o campo popular, que conhece as adversidades, encabeçado por um Presidente que sempre mostrou seriedade e domínio da gestão econômica e que conhece a economia do país como ninguém, luta duramente por seus direitos e demandas.

Os resultados mostram que a economia plural e comunitária que deu tantos bons índices nos 14 anos está sendo reorientada, e já há sinais concretos e palpáveis de reativação econômica (a junho de 2021, crescimento do PIB de 8,2%). O enfrentamento da pandemia também traz sucessos à vista. As vacinas necessárias para imunizar toda a população vacinável estão disponíveis e o número de contágios e mortes diminuiu significativamente. Neste contexto, verifica-se uma maior mobilidade econômica e dinamização de alguns setores como a construção, as exportações e outros.

No entanto, notamos que dois fatores poderosos do passado recente ainda estão presentes: o assédio implacável de setores radicais da direita e as fragilidades e limitações do campo popular na gestão do processo de mudanças. Embora a direita continue atolada em sua crise e seja notória apenas por seu

poder na grande mídia e nas redes sociais, também no campo popular os erros têm gerado sinais de crise e certa incerteza sobre como as contradições internas serão resolvidas e como evitar cair em uma grande crise que desidrata o processo.

O fato de a oposição continuar liderada pelos setores mais conservadores deixa claro que permanece a possibilidade de esses setores recorrerem a um novo golpe, ou seja, se no campo democrático, onde têm possibilidades difíceis, não o conseguem progresso, eles irão apontar seu arsenal para caminhos não democráticos.

É verdade que o nível de consciência dos seus direitos e do sentimento patriótico do povo boliviano está fortemente enraizado e é a principal garantia de continuidade do caminho de construção e mudança, mas é importante admitir que existem graves riscos e que a reflexão profunda e autocrítica transparente no campo popular, e muito necessária e importante e deve ser capaz de prevenir potenciais perigos internos e resolver contradições; Acima de tudo, é fundamental preservar a unidade em torno das bandeiras do processo de transformação, fortalecendo valores e princípios, alimentando a nobre causa da justiça social e da eliminação da pobreza, intensificando a mística necessária que levará ao horizonte almejado. e desejado pela população.

***Jose Kinn – ex-embaixador da República Plurinacional da Bolívia no Brasil.**





Imagem do site web da Agencia de Comunicaciones Colombia Informa.

COLOMBIA: ¿LA DEMOCRACIA MÁS ANTIGUA Y SÓLIDA DE AMÉRICA LATINA?

*Lucas Vargas**

Desde el 28 de abril hasta finales del mes de julio de este año, entre acciones constantes, diarias e intermitentes, Colombia se levantó en una jornada de paro nacional producto del histórico de desigualdad social al que está sometida gran parte de la población. Lo que originalmente fuera organizado por las centrales obreras como una jornada de paro nacional de un día (un paro por decreto que es una práctica que en los últimos tiempos ha venido siendo usada en los distintos países de América Latina) para rechazar la reforma tributaria, desembocó en un estallido social en donde las juventudes (estudiantiles, pero sobre todo, la juventud de los barrios populares) como vanguardia, se volcaron a las calles a reclamarle al Estado colombiano, y a esa clase oligárquica que sólo los instrumentaliza para la guerra, garantías de vida digna, fuentes de empleo y posibilidades de educación que históricamente les han sido negadas.

A continuación haremos un largo paréntesis para conocer, en cifras de los dos últimos años, los reales motivos que llevaron al pueblo colombiano a levantarse en esta histórica jornada de movilización social. En Colombia, entre el mes de octubre del año 2019 –anterior a la pandemia- y el mes de octubre de 2020, según datos del Departamento Nacional de Estadísticas -DANE- se cerraron 509.370 pequeñas empresas –micronegocios, según la categorización- generando con ello un aumento del desempleo. A corte del mes de julio de este año en comparación con el mes de julio de 2020, el desempleo en Colombia es de 14.3%, según el DANE, una cifra menor frente al año pasado que era del 20.2%. No se logra explicar cómo el desempleo pudo haber disminuido si disminuyó también el número de pequeñas empresas en actividad, lo que haría que los índices de desempleo hubieran aumentado, pero, estadísticamente, disminuyó. Otra cosa es que en Colombia, más que medirse el índice de

empleo (que implica un empleo digno, con garantías, derechos laborales y salariales) se mide el índice de ocupación, una fórmula que ayuda a disminuir cifras, pues la ocupación puede ser en una actividad informal (ejemplo, una venta ambulante) en donde no existen las garantías ni los derechos laborales ni salariales, ni ningún tipo de estabilidad laboral.

Mientras miles de pequeños negocios cerraban sus puertas durante la pandemia, el gobierno colombiano quería darle un salvavidas por 370 millones de dólares a la aerolínea Avianca -se supone que a manera de préstamo- una aerolínea que ya no es colombiana, que tributa sus impuestos en Panamá, pero que en su junta directiva actúa la hermana del presidente colombiano. Por otro lado, el gobierno nacional destinó recursos para el sistema financiero, salvar la banca aunque la mayoría de bancos sean privados y de capitales foráneos. En su columna de opinión del 30 de junio de 2020, Cristina de la Torre le pregunta al presidente en dónde están los 117 billones de pesos que se supone el gobierno nacional habría destinado para afrontar la emergencia del covid. Citando el informe hecho por el Observatorio Fiscal de la

Universidad Javeriana sobre los dineros destinados para superar la crisis 'producida por la pandemia', dice la columnista: "Informa el Observatorio Fiscal de la Universidad Javeriana que sobre los \$117 billones que el Gobierno dice haber destinado a la pandemia no hay cuentas claras ni plan concreto de gasto. Sólo hay información de "una pequeña parte de los recursos". Del 11 % sobre el PIB que el Gobierno canta como inversión contra el virus, más de la mitad, \$60 billones, serían garantía de crédito para los bancos, no recursos gastados"¹.

En lo que tiene que ver con los índices de pobreza en el país, según el Departamento Nacional de Estadísticas -en referencia a la pobreza monetaria y pobreza monetaria extrema a fecha de 2020- 3.6 millones personas ingresaron a la condición de pobreza (para un total de 21.250.000 personas; el 42.5% de la población) y 2.78 millones personas en la condición de pobreza extrema² (para un total de 7.550.000 personas; el 15.1% de la población). Que más del 57% de la población se encuentre entre la pobreza monetaria y la pobreza monetaria extrema, refleja que la desigualdad social es estructural y que ha sido esa la base en que se ha asentado Estado colombiano.

Mientras esas cifras van en aumento en el país, el gobierno nacional destinó dinero para compra de vehículos blindados destinados a jueces de la república, una compra de 23 camionetas por valor de 9.741 millones de pesos; así mismo, el gobierno destinó 3.350 millones de pesos, de dineros destinados para la implementación del

<https://www.elspectador.com/opinion/columnistas/cristina-de-la-torre/presidente-donde-estan-los-117-billones-column/>

² <https://www.larepublica.co/economia/mas-de-21-millones-de-personas-viven-en-la-pobreza-y-74-millones-en-pobreza-extrema-3161813>

proceso de paz con las FARC, en mejorar su imagen a partir del marketing . Otro gasto en tiempos de pandemia fue en la adquisición de municiones y material de intendencia destinados al Escuadrón Móvil Antidisturbios de la Policía -ESMAD- por valor de 9.515 millones de pesos, y para la misma entidad, la compra de 'tanquetas' blindadas por valor de 12.000 millones de pesos.

Estas últimas compras destinadas al ESMAD, fueron utilizadas en la represión y el tratamiento de guerra que el Estado le dio a las jornadas de paro nacional. Entre otros gastos en esta materia, la presidencia de la república adquirió para su uso

un nuevo helicóptero por valor de 12 millones de dólares, y en sus fines belicistas queriendo provocar a su vecino Venezuela, el gobierno de Colombia pretendía (o pretende), en plena crisis económica, adquirir 24 aviones F-16 Block 70 de fabricación estadounidense por valor de 4.500 millones de dólares: una impronta de este gobierno, destinar recursos para elementos de guerra.

Iván Duque (que en campaña y valiéndose del marketing político , y de uno que otro aliado de dudosa reputación, decía que su gobierno sería el de menos impuestos y más salarios) con la excusa de la pandemia y para querer cubrir el hueco fiscal

la cual exoneró del pago de impuestos a grandes empresas y a mega-ricos, propuso una nueva reforma tributaria que gravaría con el impuesto al valor agregado -IVA- a la mayoría de los productos de la canasta básica familiar y además gravaría con el IVA del 19% los combustibles, lo que incrementaría el costo de la vida. El rechazo a estas reformas del paquete neoliberal de tiempos de pandemia, pero también la indignación del pueblo colombiano al ver que el gobierno gastaba dineros en compras innecesarias mientras mucha gente pasaba hambre y otra tanta moría por causa de la pandemia –recordando que Colombia fue casi el último país de la región que inició

su plan de vacunación contra el covid- llevó al pueblo a resolver ese dilema (o trilema) entre: nos mata la pandemia, nos mata el hambre o nos mata el estado con su aparato represivo: millones de personas (mujeres, hombres, jóvenes, indígenas, campesinos, estudiantes, obreros) salieron a las calles a exigir garantías de vida digna.

En ciudades como Cali , epicentro del levantamiento social, Neiva, Bogotá, Ibagué, Bucaramanga, Popayán, Armenia, Medellín, Pasto, Buenaventura, Yumbo, Palmira, entre otras, de norte a sur y de oriente a occidente, las calles del país fueron ● ● ●

³ <https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/con-dineros-de-la-paz-duque-contrata-firma-que-financio-el-no-en-el-plebiscito-article/>

⁴ **El jefe natural de su partido político centro democrático, Álvaro Uribe, de cara a las elecciones presidenciales del año 2018 creó una pseudocategoría denominada ‘castrochavismo’ y a partir de ella ‘venezolanizó’ la agenda política y mediática del país. Según este modelo de marketing político, si ganaba el candidato Gustavo Petro la presidencia, Colombia se convertiría en una “Segunda Venezuela”, aprovechándose de la crisis política y económica provocada por la Casa Blanca en Venezuela, crisis incentivada también desde Colombia y desde el Sistema Interamericano, la extrema derecha colombiana se valió de este discurso de miedo para ganar la presidencia de la república.**

⁵ **Con los dineros públicos se hace lo que se le da la gana al gobierno: el erario manejado cual caja menor.**

Cuando se trata de dineros públicos y de pagar favores políticos, le aumentan el 5.1% el salario a los congresistas. Pero para cuidarles el bolsillo a los empresarios, financiadores de campañas políticas, el aumento del salario mínimo, es lo mínimo, 3.5%. El trabajador y la trabajadora de a pie que se jodan. Los menos impuestos era para los ricos y los más salarios era para los congresistas, para el pueblo de a pie: más impuestos a través de la reforma tributaria y menos salario, pues se aumenta sólo un poco el salario mínimo.

⁶ **El gobierno nacional decidió militarizar (“asistencia militar” fue el eufemismo que utilizaron para tan horrenda práctica) la ciudad de Cali, darle un tratamiento de guerra a la protesta social y esta tarea la asumió el general Eduardo Zapateiro, comandante del Ejército Nacional, que se comprometió en recuperar la ciudad en 24 horas o de lo contrario renunciaba a su cargo: no sólo no recuperó en 24 horas la “normalidad” de la ciudad, sino que el general no cumplió con su palabra de renunciar, aún está en su cargo.**

el escenario testigo de esa digna rebeldía de la juventud y del pueblo obrero colombiano. El paquete neoliberal que el gobierno nacional quería imponer con sus mayorías en el congreso de la república (reforma tributaria en beneficio de los ricos en detrimento de los pobres; reforma a la salud, privatizando aún más el precario sistema) fue rechazado en la calle: con barricadas, piedras, creatividad y mucha dignidad, el pueblo colombiano esta vez se paró duro. La respuesta del gobierno y de las élites políticas, económicas y

milico-policiales, fue la represión de la protesta social, con uso excesivo y desproporcionado de la fuerza, y con total sevicia, el “Aparato represivo de Estado” (policías, militares y para-militares) dejó como resultado, a fecha de 28 de junio (según un informe elaborado entre el Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz –INDEPAZ- y la ONG Temblores): 75 asesinatos, de los cuales, 44 han sido con presunta autoría de la fuerza pública; 83 víctimas de violencia ocular; 28 víctimas de violencia sexual; 1.832 detenciones arbitrarias; 1.468 casos de violencia física. La cifra de desaparecidos, hasta el 15 de

junio, era de 539 personas de las cuales no se conocía su paradero, según informe de INDEPAZ. A esta lamentable cifra de víctimas que ha dejado la violencia estatal y el uso excesivo de su aparato de represión, hay que agregar también las víctimas, que ese tratamiento de guerra contra la protesta social dejó tras las jornadas de movilización nacional del mes de noviembre del año 2019. Entre otras tantas víctimas de la de la brutalidad policial, del tratamiento de guerra a la protesta social y de lo que pareciera ser una política de muerte por parte del Estado colombiano contra quién ose reclamarle y cuestionarlo.

Foto da marcha na Cidade de Neiva, Consejo Superior Estudiantil Universidad Surcolombiana.



Un poco de historia para entender parte de la violencia estatal a través de su “**Aparato represivo de Estado**”:

La violencia de estado perpetrada por su aparato represivo y apoyada con el beneplácito de las mayorías en el Congreso de la República, no es nueva, ésta es una práctica de vieja data que viene, podría decirse (como para hacer un corte histórico con fines metodológicos) desde el final de los años 40's del siglo XX, en donde la Policía Nacional mudó su estructura y su personal, convirtiéndose en una policía política al servicio del partido conservador que se encontraba en el poder, y cual

‘sicaria’ política asesinó a militantes del partido liberal. Por otro lado, con una manguala política entre los dos partidos tradicionales, el liberal y el conservador, para frenar La Violencia política que se había desatado tras el magnicidio del líder político Jorge Eliécer Gaitán en 1948, el primer presidente del Frente Nacional, Alberto Lleras Camargo, en un discurso dado frente a la oficialidad de las Fuerzas Armadas en el

Pessoas civis no Sul da Cidade Cali, em presença da polícia disparando em contra dos manifestantes. Prática paramilitar.



⁷ En Cali, en la zona sur de esta ciudad, los autodenominados ciudadanos de bien, el domingo 9 de mayo atacaron con armas de fuego a la Minga Indígena que llegaba a la ciudad. En una emboscada que esta autodenominada gente de bien, en presencia de agentes de la policía, hirieron a 8 Comuneros indígenas. En otro episodio, en la misma zona y ciudad, en diferentes días, personas civiles, portando armas de fuego tipo pistola y tipo fusiles, abrieron fuego contra manifestantes, todo esto, en presencia de agentes de policía que permitieron que los civiles –‘ciudadanos de bien’- dispararan de forma indiscriminada.

⁸ Según el libro *La Violencia en Colombia* de Germán Guzmán Campos, Orlando Fals Borda y Eduardo Umaña Luna, la cifra de muertes entre 1946 y 1958, periodo conocido como *La Violencia*, es de 350.000 personas asesinadas.

⁹ Según Jaime Eduardo Jaramillo Jiménez (2017) en su libro *Estudiar y hacer sociología en Colombia en los años sesenta: El Frente Nacional (1958-1974)* fue un acuerdo constitucional transitorio, concebido como un “régimen de convalecencia democrática”, tras del derrocamiento del gobierno militar de Gustavo Rojas Pinilla en 1957. Este acuerdo fue trazado por los dirigentes de los partidos liberal y conservador, Alberto Lleras y Laureano Gómez, respectivamente, mediante los denominados “Pactos de Sitges y Benidorm”. (p: 192). Un acuerdo entre las élites: políticas, económicas, clericales, blindado por las élites militares.

Teatro Patria el mes de mayo año 1958, ‘separando’ las funciones entre el poder civil y el poder militar, les delegó a las fuerzas armadas -aparte de su misión fundacional que es la defensa de la soberanía- la misión de controlar el orden interno, comenzándose así un tratamiento militar a los asuntos que tenían que ser tratados con funciones de policía y, en aras de separar roles entre lo militar y lo político, “(...)se afianzó la autonomía de las instituciones castrenses, particularmente en el manejo del orden público y la adquisición de prerrogativas institucionales” (LEAL, 2002; p: 39) .

Mientras la Doctrina de Seguridad Nacional -versión sudamericana- era implementada en los distintos

países del Cono Sur a través de los golpes de Estado, en Colombia funcionó el Frente Nacional y éste fue acompañado de un permanente Estado de Sitio, que como lo presenta cronológicamente Gustavo Gallón Giraldo (1979) tuvo cinco periodos, en cinco gobiernos distintos iniciando en la presidencia de Alberto Lleras Camargo (1958-1962, liberal), siguiendo con la de Guillermo León Valencia (1962-1966, conservador), luego en la presidencia de Carlos Lleras Restrepo (1966-1970, liberal), pasando por la presidencia de Misael Pastrana Borrero (1970-1974, conservador) y finalmente con la presidencia de Alfonso López Michelsen (1974-1978, liberal). Dice Gallón:



Entre el 7 de agosto de 1958 y el 7 de agosto de 1978, es decir a lo largo de los últimos veinte años, cerca de quince (más exactamente catorce años, once meses) han transcurrido en Colombia bajo el régimen del estado de sitio. Estos quince años no se han sucedido uno tras otro de manera continua e ininterrumpida: no han constituido una isla en medio del resto de tiempo que nosotros consideramos aquí. Por el contrario, tales años se han mezclado y entrelazado con los otros cinco en un juego de alternación de períodos de restricción y períodos de tolerancia. Alternación que cumple una función muy importante en la legitimación del uso del estado de sitio. (GALLÓN, 1979; p: 23)

Con ese disfraz de Democracia más sólida del continente, posando de ser un Estado de derecho respetuoso de los Derechos Humanos, con una dinámica electoral ininterrumpida, con sus instituciones en funcionamiento, Colombia implementó la Doctrina de Seguridad Nacional y la Doctrina del Enemigo Interno por otros medios y sin ser un caso de especial atención como lo fueron “las dictaduras de la seguridad nacional” que estremecieron a los países del Cono Sur. En el contexto del Frente Nacional (1958-1974) y al no haber participación para fuerzas políticas por fuera de los partidos tradicionales (liberal y conservador) que

habían cerrado filas para mantener sus privilegios y el monopolio del gobierno, surgen los movimientos guerrilleros. Las enotrra Autodefensas Campesinas de los años 50’s que se habían formado para defenderse de los ataques de la policía política conservadora, pasan (después de la Operación Soberanía de 1964 lanzada con todo el arsenal militar del Estado contra la zona de Marquetalia, pues a dicha zona se le consideraba como una República Independiente) a formarse y a pelear contra el Estado desde la lucha guerrillera. Surge así, después del ataque a Marquetalia lo que serían las Fuerzas

¹⁰ **La Seguridad Nacional a la deriva: del Frente Nacional a la Posguerra Fría. Bogotá, Alfaomega Colombiana S.A, 2002.**

¹¹ **Quince años de Estado de Sitio en Colombia: 1958-1978, Editora Guadalupe LTDA; Bogotá, 1979.**

¹² **Este fue el adjetivo con el cual Álvaro Gómez Hurtado desde el Senado de la República denominó a las zonas campesinas donde se habían asentado campesinos desplazados por la violencia bipartidista de los años 40's y 50's, y que contaban con una organización de autogestión.**

Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) en 1964 en el sur del país, y el mismo año, en el norte, en el departamento de Santander, a partir de otro proceso organizativo, surge el Ejército de Liberación Nacional -ELN- y en el año 1965, en otra zona del país surge el Ejército Popular de Liberación -EPL-. Después del fraude en las elecciones presidenciales del 19 de abril de 1970, surge en el año 74 el Movimiento 19 de Abril (M-19).

Con acuerdos bilaterales en materia de defensa y seguridad con Estados Unidos a partir de los Programas de Asistencia Militar (MAP) que el país del norte usó como plataforma para militarizar, a través del Sistema Interamericano, su política exterior de cara a los países de América Latina, Colombia estrecha una relación de subordinación y de recepción de 'ayuda', y también su compromiso de "lucha contra el comunismo internacional" que se mantiene hasta hoy. Para combatir al 'Enemigo Interno' y al 'comunismo internacional' en defensa de los valores occidentales y la democracia representativa made in usa, esta nueva fase de violencia política y social desatada por parte del Estado colombiano, que sin distinguir a quienes hacían una lucha política como sociedad civil organizada de quienes lo hacían levantados en

armas en contra del aparato de Estado, atacó militarmente tanto al movimiento social, a los partidos políticos de oposición, al movimiento estudiantil, al movimiento obrero, al movimiento campesino, indígena y demás, como también a los movimientos guerrilleros, dejando una estela de muerte a su paso. Según un informe del Centro Nacional de Memoria Histórica, en Colombia, entre los años de 1958 y 2012, el conflicto armado ha causado la muerte de 218.094 personas, entre las cuales el 19% (40.787) fueron combatiente; el 81% (177.307) fueron civiles .

Para citar algunos ejemplos del exterminio de civiles en el marco del conflicto social y armado colombiano, por parte del Estado, está, por un lado, lo sucedido con el Partido Político Unión Patriótica, los crímenes extrajudiciales mal llamados 'falsos positivos', el sistemático asesinato de líderes sociales y el asesinato de firmantes del proceso de paz (desmovilizados de las antiguas Farc).

Para hablar de lo sucedido con la Unión Patriótica citaremos a Iván Cepeda Castro, una de las víctimas directas del sistemático exterminio que se desató contra este partido político de oposición. En palabras de Iván Cepeda:

...surgió como una convergencia de fuerzas políticas a raíz del proceso de negociación adelantado a mediados de la década de 1980 entre el gobierno del presidente Belisario Betancur y el estado mayor de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, FARC. En 1984, y como fruto de esos diálogos, las partes pactaron varios compromisos sellados con la firma de los llamados "Acuerdos de La Uribe". En ellos se estipuló el surgimiento de un movimiento de oposición como mecanismo para permitir que la guerrilla se incorporara paulatinamente a la vida legal del país. Las condiciones que permitirían ese tránsito a

¹³ **El primer convenio militar entre estos dos países a partir del MAP es el de No 307 del 17 de abril de 1952, Convenio firmado entre La República de Colombia y los Estados Unidos de América que declara: Tomando en consideración el apoyo que el Gobierno de los Estados Unidos de América ha prestado a estos principios por medio de la promulgación de la ley de 1949 para Ayuda Recíproca en la Defensa, con sus enmiendas, y la ley de 1951 para la Seguridad Mutua, que dispone proporcionar Ayuda Militar a las naciones que se han unido a ese Gobierno en acuerdos de seguridad colectiva... (Convenio No 307 del 17 de abril de 1952). Un dato curioso: El 20 de junio llegó a Colombia el jefe del Comando Sur de Estados Unidos... El primero de julio llegó a Colombia el director de la CIA... El 7 de julio, mercenarios colombianos asesinaron al presidente de Haití... ¿"Casualidad Programada"?**

¹⁴ **<https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/estadisticas.html>**

la legalidad consistían en un compromiso oficial para garantizar plenamente los derechos políticos a los integrantes de la nueva formación, y la realización de una serie de reformas democráticas para el pleno ejercicio de las libertades civiles. (CEPEDA, 2006; pp: 101-102)¹⁵

Entre desaparecidos y asesinados, alrededor de 6 mil militantes (entre ellos: dos candidatos presidenciales, concejales, diputados, senadores y militantes de base) de este partido fueron víctimas de la violencia estatal y para-estatal. Otro caso, acá ya haciendo saltos históricos para llegar a los actuales momentos, fue el de 6.402 personas asesinadas en los mal llamados casos de ‘falsos positivos’, crímenes de Estado cometidos por miembros de las Fuerzas Armadas en el marco de la denominada Política de Defensa y Seguridad Democrática del gobierno Uribe Vélez entre los años 2002-2010. Entre 2002 y 2008, según investigaciones de la Jurisdicción Especial para la Paz (JEP) se registraron 6.402 casos de ‘falsos positivos’, ejecuciones extrajudiciales por parte de miembros de las Fuerzas Militares, que para inflar las cifras de batallas ganadas en el combate a las guerrillas, asesinaron a personas inocentes y luego las reportaron como ‘dados de baja en combate’. Por la cantidad de personas asesinadas en esta práctica, se descarta que sean casos aislados y más bien, puede reflejar que se tratara de una política de Estado ejecutada por parte de sus fuerzas de seguridad.

6.402 personas asesinadas en los mal llamados ‘falsos positivos’ equivaldrían a un poco más de 8 batallones como el caso del Comando Operativo del Ejército creado en septiembre de 2018 para el departamento de Norte de Santander: “El Ejército colombiano activa un Comando Energético y ocho batallones con 6.000 nuevos efectivos”.

6.402 personas asesinadas en los mal llamados “falsos positivos”, equivaldría a más del doble de hombres y mujeres en armas que tenía, según inteligencia militar, el ELN para el año 2009: 2.500 militantes en armas. 6.402 personas asesinadas en los mal llamados “falsos positivos” es una política de exterminio por parte del Estado colombiano ejecutada por sus fuerzas de seguridad con las armas constitucionales regadas con agua bendita, armas que se suponen, es para defender la soberanía nacional, la vida y honra de los y las ciudadanas.

En este caso de las ejecuciones extrajudiciales conocidas como “falsos positivos”, ante la JEP, tanto el excomandante del Ejército, general Mario Montoya, como el expresidente de la República, Álvaro Uribe Vélez, han culpado de esta práctica a los soldados rasos, según palabras del expresidente: los soldados lo engañaron. Por su parte, el excomandante del Ejército afirmó que los soldados que ingresan a la institución “son los de abajo, de estrato uno...” y que “toca enseñarles cómo se utiliza el baño, cómo se utilizan los cubiertos...” que en esa ignorancia de los soldados, ellos habrían confundido las órdenes y habían asesinado a los civiles que hicieron pasar como guerrilleros dado de baja en combate. Esta es la forma en que la élite política y la élite militar, que instrumentalizan a los jóvenes de más bajos recursos económicos como actores de la guerra (jóvenes que no tienen otra posibilidad de vida ni opciones



imagem do site web de Colombia Informa

¹⁵ Iván Cepeda Castro. Genocidio político: el caso de la Unión Patriótica en Colombia; en *Historias de América*, año I, No 2; septiembre de 2006. Disponible en: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r24797.pdf>

¹⁶ Según el libro *Ejecuciones extrajudiciales en Colombia, 2002-2010* obediencia ciega en campos de batalla ficticios, de los autores Omar Eduardo Rojas Bolaños y Fabián Leonardo Benavides Silva (2017), Universidad Santo Tomás, la cifra de ‘falsos positivos’ en este periodo podría ser de 10 mil casos.

¹⁷ Esta Política de Defensa y Seguridad fue inscrita por el gobierno colombiano ante Comisión de Seguridad Hemisférica del Consejo Permanente de la OEA en el año 2003 como su Libro Blanco de la Defensa.

laborales ni opciones de estudio) luego los señalan como los causantes de las ejecuciones extrajudiciales, como si los soldados no obedecieran órdenes de comandantes, ni del ministro de defensa ni del mismo gobierno nacional.

En lo corrido entre 2016 y 2020, la Jurisdicción Especial para la Paz -JEP- ha registrado el asesinato de 904 líderes sociales en todo el territorio nacional, adicional a estos homicidios, se registra el asesinato de 276 personas ex militantes de las Farc y que fueron firmantes del proceso de paz que se dio entre esta organización guerrillera y el gobierno colombiano en cabeza del expresidente Juan Manuel Santos tras los diálogos llevados en la Habana-Cuba. Según denuncia la JEP:

” los asesinatos de líderes sociales vienen en aumento desde la firma del Acuerdo Final de Paz y suman 904. De acuerdo con el informe del Sistema de Monitoreo de Riesgo, hay documentadas 334 amenazas de muerte, 99 tentativas de homicidio, 32 desplazamientos forzados, 31 secuestros, 13 desapariciones y 12 masacres entre 2016 y 2020. Frente a los excombatientes de las Farc, el presidente de la JEP advirtió que se han presentado 276 homicidios entre el 1 de diciembre de 2016 y el 28 de febrero de 2021. De estos, 253, fueron contra personas que comparecían ante la jurisdicción”¹⁸.

Frente al asesinato de líderes sociales no ha habido mayores pronunciamientos por parte del gobierno nacional, y pese al número elevado de casos, las investigaciones para dar con el paradero de autores materiales y autores intelectuales de estos crímenes, andan a pasos lentos. Por otro lado, en algunas ocasiones que el Estado colombiano, a través de sus diferentes gobiernos, ha llegado a acuerdos con los grupos guerrilleros y éstos se han desmovilizado, se da una fase de incumplimiento o poca implementación de los acuerdos por parte del establecimiento y, posteriormente, el asesinato sistemático de los firmantes y desmovilizados. Ha sucedido así desde los diálogos con las guerrillas liberales de los Llanos Orientales en los años 50's; igual suerte pasó con los Acuerdos de la Uribe; y ahora está pasando con los firmantes del Acuerdo de Paz alcanzado en 2016, que desde la firma de los acuerdos hasta la fecha, han sido asesinadas 276 personas.

Según el informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, Situación de los Derechos Humanos en Colombia: "En

2020, el ACNUDH documentó 76 masacres, que acabaron con la vida de 292 personas, incluidos 23 mujeres, 6 niñas, 18 niños, 7 indígenas y 10 afrodescendientes. Otros cinco casos adicionales continúan siendo documentados. En el 66 % de los casos, los presuntos perpetradores eran grupos criminales. Desde 2018, el número de masacres ha incrementado constantemente, siendo 2020 el año con la cifra más alta registrada desde 2014. Los departamentos más afectados fueron Antioquia, Cauca, Nariño y Norte de Santander, en los que se produjo el 62 % de estos incidentes. El Gobierno informó al ACNUDH que había establecido una unidad especial para coordinar la respuesta estatal a estos casos". El gobierno nacional, mostrando su incompetencia o total desprecio por las víctimas de las masacres, decidió llamar a esta práctica de guerra eufemísticamente como "homicidios colectivos", queriendo con ello -desde el discurso- restarle peso político e importancia al tema, pues el término masacre, que es como se le denomina dentro del Derecho Internacional



¹⁸ Disponible en:

<https://www.jep.gov.co/Sala-de-Prensa/Paginas/Hay-en-marcha-una-ominosa-maquinaria-que-desalienta-las-contribuciones-a-la-verdad,-asegur%C3%B3-el-magistrado-Eduardo-Cifuentes.aspx>

¹⁹ Informe disponible en:

https://www.hchr.org.co/documentoseinformes/informes/altocomisionado/A_HRC_46_76_S.pdf

Imagens de civis, em presença da polícia, atirando em contra da Minga Indígena na cidade de Cali, dia 9 de maio. Foto tomada do site France 24.



Humanitario -DIH- a esta práctica de exterminio, atraería la atención de los organismos multilaterales de protección de los derechos humanos.

¿Qué tan democrático es el Estado colombiano? ¿Qué tan sólida es la democracia en Colombia? Y, Cómo se podría medir la democracia en Colombia frente al panorama que hemos planteado en líneas anteriores es aún una tarea pendiente a discutir.

Posdata:

Sobre la sangre y la memoria de las víctimas de la violencia del Estado causadas por su aparato

represivo en el marco de la Jornada de Movilización Social o Paro Nacional realizadas en 2021; de espaldas al país; sin el menor asomo de vergüenza y dignidad; sin la menor empatía por la suerte de millones de colombianas y de colombianos... Obedeciendo a sus intereses personales y con afán de lucro y de engrosar sus bolsillos, las mayorías gobiernistas en el Congreso de la República, en sus dos cámaras, terminaron por aprobar, el martes 7 de septiembre, la reforma tributaria, llamada eufemísticamente 'Ley de Inversión Social'.

**Lucas Mateo Vargas Vargas. Colombiano; miembro de Congreso de los Pueblos. Estudiante da UnB.*



ISRAEL-PALESTINA: QUE CONFLITO É ESSE?

*Sayid Marcos Tenório**

No final de 2019 foi lançado pela Editora Anita Garibaldi e IBRASPAL o livro *Palestina: do mito da terra prometida à terra da resistência*, de minha autoria, resultado um vasto trabalho de pesquisa com o objetivo de desmistificar o pertencimento da Palestina histórica aos atuais ocupantes sionistas israelenses. O trabalho demonstra que as questões históricas e políticas do conflito que já dura quase um século, não ocorre em decorrência de uma disputa político-religiosa travada entre judeus e palestinos - cristãos e muçulmanos.

Diferentemente do que é conveniente alardeado pelos apoiadores de Israel, o conflito é parte de

um contexto mundial que evoluiu a partir do surgimento do sionismo internacional, um movimento nacionalista judaico criado na Europa do século XIX, que passou a reivindicar a Palestina como território para o estabelecimento de um Estado Judeu, o Eretz Israel, ou o Estado judaico, uma aberração que se concretizou com a fundação de Israel em maio de 1948.

Procurei transcrever tudo o que pude pesquisar, ouvir e ver presencialmente sobre a situação de apartheid em que vive o povo palestino, e posso afirmar com base nessas evidências que a causa palestina não guarda nenhuma relação com as percepções do senso comum e da opinião "publicada",

do senso comum e da opinião “publicada”, que visa à redução da sua dimensão de luta libertária a uma suposta “guerra santa”, justificativa utilizada para se referir ao esforço da resistência palestina para se livrar da opressão do Estado judeu.

Para concretizar essa narrativa, todos os recursos de mídia, através dos canais de TV com seus noticiários e documentários, até a internet com suas redes sociais, são utilizados por Israel e seus aliados ocidentais para atingir seus objetivos de criar uma cortina de fumaça sobre a busca incessante de eliminar um povo e sua longa história, a cultura e a terra palestina para, em seu lugar, expandir um Estado de supremacia judaica.

O “lar nacional para os judeus” ou o Estado puramente judeu, defendidos desde a criação do movimento sionista é uma estratégia da qual faz parte o apartheid racista e a limpeza étnica, iniciada em 1948, após a ONU dividir a Palestina secular em dois Estados e posteriormente permitir a criação de um “Estado” sem fronteiras, sem Constituição, sem governo e sem nação, que passou a se chamar Israel.

A ONU, além de dar os meios políticos e o aval internacional ao projeto colonial sionista, deu as condições para o surgimento desse monstro que passou a adotar toda sorte de violações, racismo e genocídio na Palestina e em toda a região do Oriente Médio. Os líderes israelenses não aceitaram e não respeitaram os termos da Resolução 181, de 1947, que previa a criação do Estado palestino e deu status

especial à cidade sagrada de Jerusalém. Ignoram as fronteiras delineadas no Plano de Partilha e não pararam de roubar terras, destruir aldeias, matar e expulsar pessoas para expandir o território do Estado judeu. Não aceitaram e não cumpriram os Acordos de Oslo e continuarão não aceitando nada, porque violar Tratados, Resoluções e Acordos faz parte da essência do sionismo e do Estado de Israel.

Com a fundação do Estado judeu, em 1948, as milícias sionistas desencaderaram uma ação de ocupação das terras e casas dos palestinos com a aniquilação física e expulsão dos seus donos. Eles queriam as terras e casas palestinas, mas não queriam que os palestinos permanecessem nelas. Essa tragédia, conhecida como NAKBA em língua árabe, é equiparada a uma pandemia que não cessou em 1948, como não parou com o massacre perpetrado durante a chamada Guerra dos Seis Dias, a agressão terrorista das forças israelenses ocorrida entre 5 e 10 de junho de 1967, que ocupou a Faixa de Gaza, o Sinal (Egito) e as Colinas de Golã (Síria).

A ocupação continua até hoje, com os sionistas se apressando em executar o processo de judaização completa da Palestina. Esse processo se dá em todos os campos, como o militar, administrativo, legislativo (como a Lei do Estado-Nação aprovada pelo Knesset em 2018), demográfico, religioso, histórico e cultural. O objetivo final é a completa desenraização e destruição da Palestina, visando reconhecer o Estado de Israel em todo o território da Palestina

histórica, sem fronteiras definidas e em permanente expansão, tornando o que sobrar da Palestina em pequenas ilhas de terras como se fosse um mini Estado, pulverizado, cercado e sufocado pelo ocupante por todos os lados.

O que Israel tem feito ao longo dos últimos 73 anos é contrariar e violar o Direito Internacional ao adotar uma política militarista, expansionista e colonialista nos territórios palestinos e a ocupação de territórios nos países árabes vizinhos (Jordânia, Síria, Egito e Líbano). Uma ocupação que continua avançando através de mais anexações e mais violações da integridade e dos direitos da Palestina como nação.

De que adianta os palestinos aceitarem novos Acordos - como os ineficazes Acordos de Oslo, de 1993, que significou mais ocupação, se Israel simplesmente os ignora e não os cumpre? De que adiantam novas decisões de organismos internacionais, se elas são obstinada e ilegalmente ignoradas pelos sionistas? Israel age como se estivesse acima da lei e de toda a comunidade internacional, vivendo de acordo com a lei da força, onde o mais forte consegue o que quer e passa por cima dos mais fracos, impunemente.

Para o povo palestino, que luta há tantos séculos contra ocupações, não importa quanto tempo a ocupação permaneça em sua terra. Apesar de todo o aparato militar e apoio estadunidense que possuem os ocupantes, eles serão derrotados porque os palestinos estão com a verdade e a justiça. O direito a terra e ao retorno são direitos inalienáveis e os palestinos são persistentes em alcançar o direito de retornar e de estabelecer o seu Estado independente.



O que resta fazer diante do desejo avassalador de um povo que não quer nada mais do que o respeito aos seus mais legítimos direitos? O que os palestinos esperam é que seus direitos sejam assegurados em concordância com a democracia, com o Direito Internacional e a justiça. Que seja respeitado o direito de regresso dos refugiados, a compensação e a permanência de todos na terra palestina.

Essa determinação palestina por independência e liberdade, é a força avassaladora capaz de levar ao fim esse impasse histórico e político em que se encontra a Palestina ocupada. Essas conquistas virão pelo exercício da legítima e permanente resistência à ocupação por todos os meios, inclusive pelas armas, em total concordância com o Direito Internacional e as diversas Resoluções das Nações Unidas e Convenções internacionais que asseguram o direito dos oprimidos a se levantarem contra seus opressores.

O apartheid israelense e o controle excessivo da vida dos palestinos por parte das forças militares israelenses e a expansão das colônias judaicas, verdadeiros condomínios ilegais que se espalham como erva daninha nas terras palestinas, são a constatação da inviabilidade da solução de dois estados.

Certamente, o único regime razoável parece ser um estado democrático e laico para os habitantes da Palestina. Se não se encontrar uma solução como esta, a tormenta nas fronteiras de Israel se acumulará com uma força ainda maior do que teve até agora. Por todos os lados, os povos e os movimentos de resistência estão buscando formas de mudar os regimes arcaicos e as realidades políticas opressivas. “Certamente isto chegará também ao Estado de Israel; se não hoje, amanhã. Os israelenses podem ocupar o melhor camarote no Titanic, mas o navio continua afundando, de qualquer maneira”. Conforme escreveu Ilan Pappé no artigo A solução de dois Estados morreu faz uma década.ⁱ

A questão que está posta é: por que os palestinos teriam que reconhecer o Estado de Israel no território da Palestina histórica, sem fronteiras definidas e em permanente expansão e aceitar pequenas ilhas de terra como se fosse um miniEstado pulverizado e cercado pelo ocupante?

O mais incrível é ainda existem forças no campo da “esquerda” que advogam que a autodeterminação de israelenses e palestinos deve ser respeitada. Esse tipo de argumento da corrente que se autodenomina de sionistas de esquerda serve, na verdade, para

mascarar uma espécie de anistia para os crimes dos sionistas e do Estado de Israel contra palestinos ao longo de um século.

Aceitar um mini Estado pobre e desarmado, com a Cisjordânia e Gaza sem ligação territorial e cercados por um Israel rico e nuclear, servirá apenas para desmoralizar a memória dos lutadores palestinos, frustrar as esperanças das novas gerações e justificar a política e a narrativa mitológica do povo escolhido de Israel para

expandir seu projeto colonial sionista de dominação mundial.

***Sayid Marcos Tenório** é historiador e especialista em Relações Internacionais. É vice-presidente do Instituto Brasil-Palestina (Ibraspal) e autor do livro *Palestina: do mito da terra prometida à terra da resistência* (Anita Garibaldi/Ibraspal, 2019. 412 p). E-mail: sayid.tenorio@uol.com.br - Twitter: @HajjSayid

É TEMPO DE FAZER A VERDADEIRA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

*Pedro César Batista**

Há um ano do Bicentenário da Independência o fascismo avança no Brasil

Em 7 de abril de 1822, D. Pedro, montando um burro e com diarreia, seguia de Santos para São Paulo, quando recebeu um decreto assinado por D. Maria Leopoldina, em que declarava a separação da colônia da Coroa. Antes de viajar, em abril de 1821, seu pai, D. João VI, disse-lhe: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás respeitar, do que para algum desses aventureiros”. Decidiu-se, então, declarar a independência do Brasil, imortalizada no quadro de Pedro Américo.

Bem antes, em 1500, um grupo de aventureiros,ⁱⁱ pagos pela Coroa Portuguesa, seguindo os passos de Cristovão Colombo, navegante italiano a serviço dos reis de Espanha, que havia chegado em 1492 a ilha de Quisqueya, denominada por ele como Isla de Hispaniola (atualmente Haiti e República Dominicana)ⁱⁱⁱ, chegaram ao Brasil, liderados por Pedro Álvares Cabral. Inicia-se o roubo, saque o genocídio que perdura por 521 anos.

Quando os portugueses aportaram nestas terras, em 22 de abril de 1500, denominaram de Ilha de Vera Cruz, alterado logo que se descobriu que era um continente para Terra de Santa Cruz, e, definitivamente, mudou para Brasil, logo que começou a exploração do pau-brasil. Nada havia sido descoberto, viviam, há cerca de 12 mil anos ou mais, segundo a arqueóloga Niède Guidón^{iv}, nestas terras aproximadamente cinco milhões de nativos.



A chegada da família real, em 1808, transformou de forma acelerada a colônia, nos 13 anos seguintes a fuga da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, após a derrota para as tropas francesas, lideradas por Napoleão Bonaparte, possibilitando um desenvolvimento inesperado e surpreendente. Isso fez com que crescesse o tráfico de escravos da África para o Brasil. Formavam um complexo sistema com mais de um mil etnias com centenas de idiomas, com suas organizações “complexas e marcadas pela diversidade de povos e idiomas que viviam em aldeias, formadas por pessoas ligadas entre si por laços de sangue, com características comuns, mas com costumes e crenças bem diferente das dos europeus”^v. A partir de 1531, Martin Afonso de Souza, responsável por dividir o território em sesmarias, formaram-se os primeiros latifúndios, que resultaram na expulsão dos nativos, chamados de indígenas pelos colonizadores, ao longo da costa do Atlântico.

A ordem determinada pela Coroa Portuguesa para Martin Afonso autorizava os colonos, trazidos por ele para além-mar, a utilizar a mão de obra nativa, dando, inclusive, o direito a uma ou duas mulheres

indígenas para cada homem branco (sic). Começava oficialmente o extermínio, que não mais parou.

Os portugueses buscaram convencer os nativos de que estes precisavam ter alma e, para isso, teriam que servir aos senhores que chegaram pelo mar, e, em nome de um Deus, desconhecido aos milhões de habitantes destas vastas terras, lhes diziam que eles, os usurpadores, tinham o direito sagrado a retirar as riquezas existentes e dar-lhes alma, o que, o trabalho lhes possibilitaria adquirir, já que os povos originários não a possuíam.

Os povos nativos não se sujeitaram aos invasores, adentraram o território e saíram do litoral, mas não aceitaram se tornar escravos destes representantes de Reis que eles nunca tinham escutado falar, nem os representava. Ainda assim, “a escravidão indígena predominou ao longo de todo o primeiro século. Só no século VXII a escravidão negra viria a sobrepujá-la” Apesar de ser difícil precisar o número de indígenas escravizados, estima-se “certamente, por milhões” (RIBEIRO, 1995, p. 98), os índios capturados pelos bandeirantes

entre os séculos XVI e XVII.

A resistência de centenas de povos nativos, fez com os colonizadores iniciassem, a partir de 1538, uma caçada de negros na África, que fez com que a travessia e a venda aqui passassem a constituir um grande negócio dos europeus, em que imensos capitais foram investidos e que absorveria, no futuro, pelo menos metade do valor do açúcar e, depois, do ouro (RIBEIRO, 1995, p. 161). Um negócio muito lucrativo que garantia que os escravos fossem as “mãos e os pés”^{vi} dos senhores escravagistas por longos 380 anos.

Até 1822 o Brasil foi ligado diretamente à Coroa Portuguesa. Iniciou com a extração do pau brasil, seguiu com a produção canavieira e a indústria açucareira, passou pelo café, algodão, pecuária e todas as atividades produtivas a serviço dos colonizadores portugueses, latifundiários e senhores escravagistas. Paralelo ao trabalho produtivo dos escravos, durante quase quatro séculos, foram roubadas toneladas de ouro e outros minérios.



Ao retornar para Portugal, em abril de 1821, o rei D. João VI, além de orientar o filho sobre uma possível secessão, tomou a última providência em solo brasileiro, “mandara raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, os diamantes e outras pedras preciosas estocadas no Tesouro” (GOMES, 2010, p. 57). O país ficou sem reservas, não honrou seus compromissos financeiros e se tornou uma massa falida nos anos seguintes. Isso um ano antes de ser realizada a “independência”, levada a cabo pelo herdeiro do trono de Portugal, D. Pedro I. Somente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais aderiram a independência declarada em 7 de setembro de 1822. “As demais províncias ou ainda estavam sob o controle das tropas portuguesas, caso da Bahia, ou discordavam da ideia de trocar a tutela até então exercida por Lisboa pelo poder centralizado no Rio de Janeiro” (GOMES, p. 61, 2010). Iniciaram muitas lutas pela independência e autonomia em várias províncias, como Pernambuco e estados do norte e sul. A declaração de independência feita por D. Pedro não representava um interesse nacional, já que ainda não havia uma identidade que se pudesse afirmar ser brasileira.

A história nacional, antes e depois da implantação de um “império”, que mudou apenas de colonizador, foi de dezenas de lutas de combate a escravidão, pela verdadeira independência do Brasil e pela liberdade do povo, sendo que todas as lutas foram sufocadas de maneira cruel, com extermínios de milhares de revolucionários. A monarquia derrotou a Revolução

Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824), a Cabanagem (1934), a Farroupilha (1835), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837), a Balaiada (1838), a Revolução Praieira (1948), entre tantos outros movimentos menores que existiram, até os militares darem o golpe em 15 de novembro de 1889, que proclamou a República^{vii}. Mudar para que tudo fique como está, uma prática que as elites brasileiras nunca abandonaram.

Antes, porém, em maio de 1888, o Brasil, em um ato da princesa Isabel, foi publicado um decreto que efetivou o fim da escravidão, após tantas lutas contra esta prática abominável. Entretanto, todas as ações jurídicas foram feitas para atender as classes detentoras de bens, terras e escravos, de tal forma que o mais de um milhão de pessoas que ainda viviam como escravos e outros milhões que, mesmo não mais sendo propriedade de um senhor, seguiam sem nenhum direito, assim permanecessem. Foram abandonados pelos seus proprietários, que possuíam enormes fortunas graças ao trabalho de milhões de homens e mulheres escravizadas. Foi-lhes “negado a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão” (RIBEIRO, 1995, p.222). Milhões de homens, mulheres e crianças seguiram na condição de classe social de terceira classe, sociais sem direitos, garantias e abandonados pelos Estado e pela

elite, que no ano seguinte comemoraria a implantação da República.

Milhões de pessoas foram mantidas em uma fronteira de identidade social, um “entre-lugar”, construindo uma diferença que mantém até os dias atuais o estigma de uma classe social, que carrega a identidade cultural de ter sido propriedade e escrava, sem nunca ter sido proprietária ou senhores, mantendo e perseverando em uma diferença social que impõe a indiferença histórica e mantém um espaço de conflito social (MARTINS, 1997).

Com a independência, em 1822, criou-se o Império do Brasil, que, de acordo com Frei Caneca, “não formamos sociedade imperial, senão no nome”^{viii}. Este período foi até o golpe dos almirantes monarquistas que instauraram a República.

Entre 1500 e 1822, a Coroa Portuguesa usou como bem entendeu o território, as riquezas, escravizou e dizimou milhões de pessoas dos povos nativos do Brasil e escravizou outros milhões de africanos, sequestrados do outro lado do Atlântico para atender os interesses econômicos de uma elite perversa e cruel. Uma história longa que alimenta “uma mentalidade do “senhor”, dos países que mantem uma divisão do trabalho que os beneficia como ‘merecimento’, e uma mentalidade de ‘escravo’, daqueles povos criados para a obediência e subordinação” (SOUZA, 2017, p. 19). Com a “independência” os novos senhores passaram a ser os ingleses, que definiram as novas,



determinou como funcionaria a economia em tempo de guerra ou paz, entretanto, apesar de propagarem que o tráfico de escravos deveria acabar, fizeram vistas grossas para as centenas de milhares de homens e mulheres escravizadas que seguiram chegando para atender os senhores brasileiros, que serviam aos novos senhores, os ingleses.

Se nos países colonizados pelos espanhóis as lutas pela independência, lideradas pelo exército do Libertador, Simon Bolívar, avançava sobre os colonizadores, conquistando a autonomia e soberania para os povos na região andina e na costa do Pacífico, em movimentos que mobilizavam as mais variadas camadas, desde os povos indígenas até o povo negro, levando a criação da Grã-Colômbia, que chegou a criar o sentimento e o desejo de se criar uma única pátria na região, a Pátria Grande. Neste ano, as comemorações que marcaram o Bicentenário destas nações latino americanas e caribenhas foram marcadas por debates, reflexão e o fortalecimento em defesa da soberania e autodeterminação dos povos, bem como o aprofundamento dos laços de amizade entre as nações da região.

No Brasil, pelo contrário, as elites nunca desejaram a verdadeira independência e soberania nacional, foi e continua sendo mais lucrativo manter um sistema capitalista periférico e dependente, produtor da matéria prima e com grande quantidade de mão de obra sem qualificação e barata, o que tem possibilitado ao longo de séculos que a burguesia e os latifundiários tenham cada vez maiores ganhos, tornando-os grandes parceiros do capital internacional e do imperialismo. Destarte neste momento, quando as elites econômicas, orientadas e apoiadas pelo atual colonizador, os EUA, colocaram um governo

fascista, que aprofunda o desmonte do Estado brasileiro, assegura, desta forma, uma sobrevivência ao sistema capitalista que vive uma profunda crise em todos os campos. Desmontar o patrimônio nacional, criado, principalmente a partir da Revolução de 1930, entregando-o aos neocolonizadores, tem sido tarefa determinante dos lacaios que dirigem atualmente o Brasil.

No dia que se marcou 199 anos da “independência”, 7 de setembro de 2021, a burguesia e demais setores identificados com o fascismo foram às ruas para defender retrocessos institucionais, civilizacionais e econômicos para a maioria da população. Um presidente nazifascista conseguiu mobilizar uma massa reacionária, que resgata os sentimentos da velha república e até mesmo da monarquia. Não esconderam e nem escondem isso, defendem um país com uma economia frágil, voltada para a produção primária, dependente e colonizada, controlada pelo capital financeiro internacional, produzindo commodities, principalmente com o envenenamento do solo e a produção em larga escala de grãos, a mineração nas terras indígenas, a exploração madeireira e a privatização dos setores estratégicos dos serviços públicos, com a aplicação neoliberal de uma economia que sirva aos novos senhores, deixando a grande massa de trabalhadores abandonadas, sem direitos sociais, nem trabalhistas, desempregada e, mais uma vez, assim como fizeram em 1888, deixando os verdadeiros responsáveis pela produção das riquezas abandonados à própria sorte, enquanto o governo dirige o Estado para atender o imperialismo e seus senhores, os novos colonizadores.

Em 7 de setembro de 2022 fará 200 anos que D. Pedro I declarou a “independência” do Brasil. Caminhamos para dois séculos em que os herdeiros das mesmas elites, escravagistas, monarquistas, latifundiárias, burguesas, ligadas aos colonizadores, portugueses, ingleses e agora aos norte-americanos, saquearam, roubaram, mataram, mentiram e seguem atacando a dignidade humana da imensa maioria do povo brasileiro, formada pela classe trabalhadora, oriunda do campo ou das fábricas, prestadoras de serviço, atuando nas empresas de aplicativos, de segurança privada ou trabalhos domésticos, descendentes dos povos nativos, indígenas e negros, camponeses, fabris ou desamparados pelo Estado e sem acesso a nenhuma garantia para possuir uma vida digna. Caminhamos para 522 anos de completa apropriação das riquezas naturais e do trabalho por um grupo de parasitas detentores dos meios de produção, desde os milhões de escravos, as vastas terras, indústrias, bancos e o controle da tecnologia e do conhecimento. Isso não pode continuar.

Se Simon Bolívar liderou a libertação da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Panamá, contando com apoio inclusive de brasileiros, como o general Abreu e Lima, filho do Padre Roma, assassinado pela Coroa por lutar pela independência de Pernambuco, em 1817, também não faltam lutas do povo brasileiro por sua verdadeira independência e emancipação. Desde os Tupinambás, os quilombos, especialmente Palmares que resistiu por quase um século, cabanos, balaio e tantos movimentos gloriosos que ousaram enfrentar o poder das oligarquias monarquistas, imperiais e republicanas. A República brasileira, assim que foi fundada praticou um genocídio, assassinando dezenas de milhares de sertanejos em Canudos, que ousaram acreditar que do Vaza-Barris deveria jorrar o leite e o mel, e, justamente por isso, foram dizimados pelo Exército nacional. Mortes que seguem pelas balas assassinas das forças do Estado, contra o povo brasileiro. Como dizia Bolívar: maldito o soldado que aponta sua arma contra seu povo. No Brasil, são séculos com as armas do Estado, a serviço de oligarquias,





Imagem do filme “O Libertador”, Simon Bolivar.

matando o povo brasileiro, de forma sádica e cruel, o que exige uma verdadeira independência, capaz de fazer uma nação soberana e justa para quem mais precisa.

Fazer este debate ao longo do ano que antecede o bicentenário da “independência”, forjando a organização, consciência e unidade da grande massa trabalhadora, completamente alijada de direitos, é a principal tarefa. Por isso, nada a comemorar, somente muita luta por fazer, muitos

combates por vencer, muitas conquistas a obter. É tempo de fazer a verdadeira independência do Brasil, a construção de uma pátria livre, que seja justa e garanta a dignidade ao povo brasileiro.

***Pedro César Batista**, integra a Secretaria – Executiva do Comitê anti-imperialista general Abreu e Lima. Jornalista, Bacharel em Direito, pós-graduado em Antropologia. Escritor e poeta, autor de mais de dez livros.

Referências bibliográficas

GOMES, L. 1822. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2010.

HARRIS, M. Rebelião na Amazônia. Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1789 – 1840. Editora Unicamp. São Paulo. 2009.

MARTINS, J.S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. Hucitec. São Paulo. 1997.

MOEMA, V & GRONDIN, M. Abya Yala. Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Bambual Editora. Rio de Janeiro. 2021.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

SOUZA, J. A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato. LEYA. Rio de Janeiro, 2017.

1 <https://twitter.com/laurentinogomes/status/1385929409920700419> GOMES, L. 1822. Ed. Nova Fronteira.

2 MOEMA, V & GRONDIN, M. Abya Yala. Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Bambual Editora. 2021.

3 Idem, p. 121.

4 Ibidem.

5 José Alves de Souza Junior, Fronteiras de la história. Vol. 16, 2011. P. 366.

6 <https://www.xapuri.info/home/historia-povo-brasileiro-povo-combativo/>

7 GOMES, L. 1822. Editora Nova fronteira, Rio de Janeiro. 2010.

LENIN

Joseph Stálin 28 de janeiro de 1924

Discurso proferido em reunião comemorativa da Escola Militar do Kremlin

Camaradas, soube que vocês organizaram uma reunião em memória de Lenin aqui esta noite e que fui convidado como um dos oradores. Não creio que haja necessidade de fazer um discurso definido sobre as atividades de Lenin. Seria melhor, eu acho, me limitar a alguns fatos para trazer à tona algumas das características de Lenin como homem e líder. Pode não haver, talvez, nenhuma conexão inerente entre esses fatos, mas isso não é de importância vital no que diz respeito a obter uma ideia geral de Lenin. De qualquer forma, não posso, nesta ocasião, fazer mais do que o que acabei de prometer.

A ÁGUIA DA MONTANHA

Conheci Lenin pela primeira vez em 1903. É verdade que não foi um encontro pessoal, mas por correspondência. Deixou-me uma impressão indelével, que nunca me abandonou ao longo de todo o meu trabalho no Partido. Eu estava exilado na Sibéria na época. Meu conhecimento das atividades revolucionárias de Lenin desde o final dos anos 90, e especialmente depois de 1901, após o surgimento do Iskra, me convenceram de que em Lenin tínhamos um homem de extraordinário calibre. Naquela época, eu não o via apenas como

um líder do Partido, mas como seu verdadeiro fundador, por só ele compreendia a essência interna e as necessidades urgentes de nosso Partido. Quando o comparei com os outros líderes de nosso Partido, sempre me pareceu que ele estava cabeça e ombros acima de seus colegas - Plekhanov, Martov, Axelrod e os outros; que, em comparação com eles, Lenin não era apenas um dos líderes, mas um líder do mais alto escalão, uma águia da montanha, que não conheceu o medo da luta e que corajosamente conduziu o Partido pelos



caminhos inexplorados do revolucionário russo movimento. Essa impressão tomou conta de mim tão profundamente que me senti impelido a escrever sobre isso a um amigo meu que vivia como exilado político no exterior, pedindo-lhe que me fornecesse sua opinião. Algum tempo depois, quando já estava no exílio na Sibéria - isso foi no final de 1903 -, recebi uma resposta entusiasmada de meu amigo e uma carta simples, mas profundamente expressiva de Lenin, a quem, descobri, meu amigo tinha mostrado minha carta. A nota de Lenin era comparativamente curta, mas continha uma crítica ousada e destemida do trabalho prático de nosso partido e um relato

notavelmente claro e conciso de todo o plano de trabalho do Partido no futuro imediato. Só Lenin poderia escrever sobre as coisas mais complexas de forma tão simples e clara, tão concisa e ousada, que cada frase não falava, mas soava como um tiro de rifle. Esta carta simples e ousada fortaleceu-me ainda mais em minha opinião de que Lenin era a águia da montanha de nosso Partido. Não posso me perdoar por ter, por hábito de um velho trabalhador da clandestinidade, enviado às chamas esta carta de Lenin, como muitas outras. Meu conhecimento com Lenin data dessa época.

MODÉSTIA

Encontrei Lenin pela primeira vez em dezembro de 1905 na conferência bolchevique em Tammerfors (Finlândia). Eu esperava ver a águia da montanha do nosso Partido, o grande homem, grande não só politicamente, mas, se quiserem, fisicamente, porque na minha imaginação eu havia retratado Lenin como um gigante e imponente. Qual foi, então, minha decepção ao ver um homem de aparência mais comum, altura abaixo da média, de maneira alguma, literalmente de forma alguma, distinguível dos mortais comuns.

É considerado comum que um “grande homem” chegue tarde às reuniões para que a assembleia espere o seu aparecimento com a respiração suspensa; e então, pouco antes de o “grande homem” entrar, o sussurro de advertência sobre: “Cala-te!... Silêncio! ele está vindo”. Este ritual não

me parece supérfluo, porque impressiona, inspira respeito. O que, então, foi minha decepção ao saber que Lenin havia chegado à conferência antes dos delegados, acomodado em algum lugar em um canto e estava mantendo uma conversa despretensiosa, uma conversa muito comum com os delegados mais simples da conferência. Não vou esconder de você que, naquela época, isso me parecia uma espécie de violação de certas regras essenciais.

Só mais tarde é que percebi que essa simplicidade e modéstia, esse esforço para não ser observado ou, pelo menos, para não se destacar e não enfatizar sua alta posição, essa característica era um dos pontos fortes de Lenin como novo líder dos novos. Massas, das massas simples e comuns da “base” da humanidade.

FORÇA DA LÓGICA

Os dois discursos que Lenin proferiu nesta conferência foram notáveis: um sobre a situação atual e outro sobre a questão agrária. Infelizmente, eles não foram preservados. Eles foram inspiradores e levaram toda a conferência a um nível de entusiasmo tempestuoso. O extraordinário poder de convicção, a simplicidade e clareza de argumentação, as frases breves e facilmente compreendidas, a ausência de afetação, de gestos vertiginosos e frases teatrais visando o efeito - tudo isso fazia dos discursos de Lenin um contraste favorável com os discursos dos oradores usualmente “parlamentares”.

Mas o que me cativou na época não foi esse aspecto dos discursos de Lenin. Fui cativado por

aquela força irresistível de lógica que, embora um tanto concisa, ganhou um controle firme sobre o público, aos poucos eletrificou-o e então, como se poderia dizer, o subjugou completamente. Lembro-me de que muitos dos delegados disseram: “A lógica dos discursos de Lenin é como um tentáculo poderoso que te enrosca e te segura como um vício e de cujas garras você é impotente para se desvencilhar: você deve se render ou renunciar a si mesmo para a derrota total”.

Acho que essa característica dos discursos de Lenin foi a mais forte de sua arte como orador.

NADA DE CHORO

A segunda vez que encontrei Lenin foi em 1906, no Congresso de Estocolmo do nosso Partido. Você sabe que os bolcheviques estavam em minoria neste congresso e sofreram uma derrota. Esta foi a primeira vez que vi Lenin no papel de derrotado. Mas ele não era nem um pouco parecido com aqueles líderes que reclamam e perdem o ânimo após uma derrota. Ao contrário, a derrota transformou Lenin em uma fonte de energia comprimida que inspirou seus partidários para novas batalhas e vitórias futuras. Eu disse que Lenin foi derrotado. Mas que tipo de derrota foi essa? Bastava olhar para seus opositores, os vencedores do Congresso de Estocolmo - Plekhanov, Axelrod, Martov e o resto. Eles tinham pouco da aparência de verdadeiros vencedores, pois a crítica implacável de Lenin ao menchevismo não havia deixado um osso inteiro em seus corpos, por assim dizer. Lembro-me que nós, os

delegados bolcheviques, nos amontoamos em um grupo, olhando para Lenin e pedindo seus conselhos. Os discursos de alguns dos delegados traíram uma nota de cansaço e de desânimo, Lembro que a esses discursos Lenin respondeu mordazmente com os dentes cerrados: “Não se lamentem, camaradas, estamos fadados a vencer, pois estamos certos”. Ódio ao intelectual reclamo, fé em nossa própria força, confiança na vitória - foi

SEM OSTENTAÇÃO

No congresso seguinte, realizado em 1907 em Londres, os bolcheviques venceram. Esta foi a primeira vez que vi Lenin no papel de vencedor. A vitória transforma a cabeça de alguns líderes e os torna altivos e orgulhosos. Na maioria dos casos, eles começam a triunfar, a descansar sobre os louros. Mas Lenin não se parecia em nada com esses líderes. Pelo contrário, foi precisamente depois de uma vitória que ele se tornou especialmente vigilante e cauteloso. Recordo que Lenin insiste aos delegados: “A primeira coisa é não se embriagar pela vitória e não se gabar; a segunda coisa é consolidar a vitória; o terceiro é dar ao inimigo o golpe final, pois ele foi derrotado, mas de forma alguma esmagado”.



Lenin e Stalin em Gorki. Setembro de 1922.

isso que Lenin nos impressionou. Sentia-se que a derrota dos bolcheviques era temporária, que eles estavam fadados a vencer em um futuro próximo.

“Sem reclamar da derrota” - esta foi a característica das atividades de Lenin que o ajudou a reunir em torno de si um exército fiel até o fim e confiante em sua força.

Ele despejou um desprezo fulminante sobre os delegados que afirmavam frivolamente: “Aqui está tudo acabado com os mencheviques”. Não teve dificuldade em mostrar que os mencheviques ainda tinham raízes no movimento operário, que deviam ser combatidos com habilidade, e que toda superestimação da própria força e, principalmente, toda subestimação da força do inimigo tinha que ser evitada. “Sem ostentação na vitória” - esta foi a característica do caráter de Lenin que o ajudou sobriamente a pesar a força do inimigo e a segurar o Partido contra possíveis surpresas.

¹ Disponível em <https://litci.org/pt/ilan-pappe-a-solucao-de-dois-estados-morreu-faz-uma-decada/>. Acesso em 3 de set. de 2021.

¹ <https://twitter.com/laurentinogomes/status/1385929409920700419> GOMES, L. 1822. Ed. Nova Fronteira.

¹ MOEMA, V & GRONDIN, M. Abya Yala. Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Bambual Editora. 2021.

¹ Idem, p. 121.

¹ Ibidem.

¹ José Alves de Souza Junior, Fronteiras de la história. Vol. 16, 2011. P. 366.

¹ <https://www.xapuri.info/home/historia-povo-brasileiro-povo-combativo/>

¹ GOMES, L. 1822. Editora Nova fronteira, Rio de Janeiro. 2010.

INTRODUÇÃO A BIOGRAFIA DE MARX E ENGELS

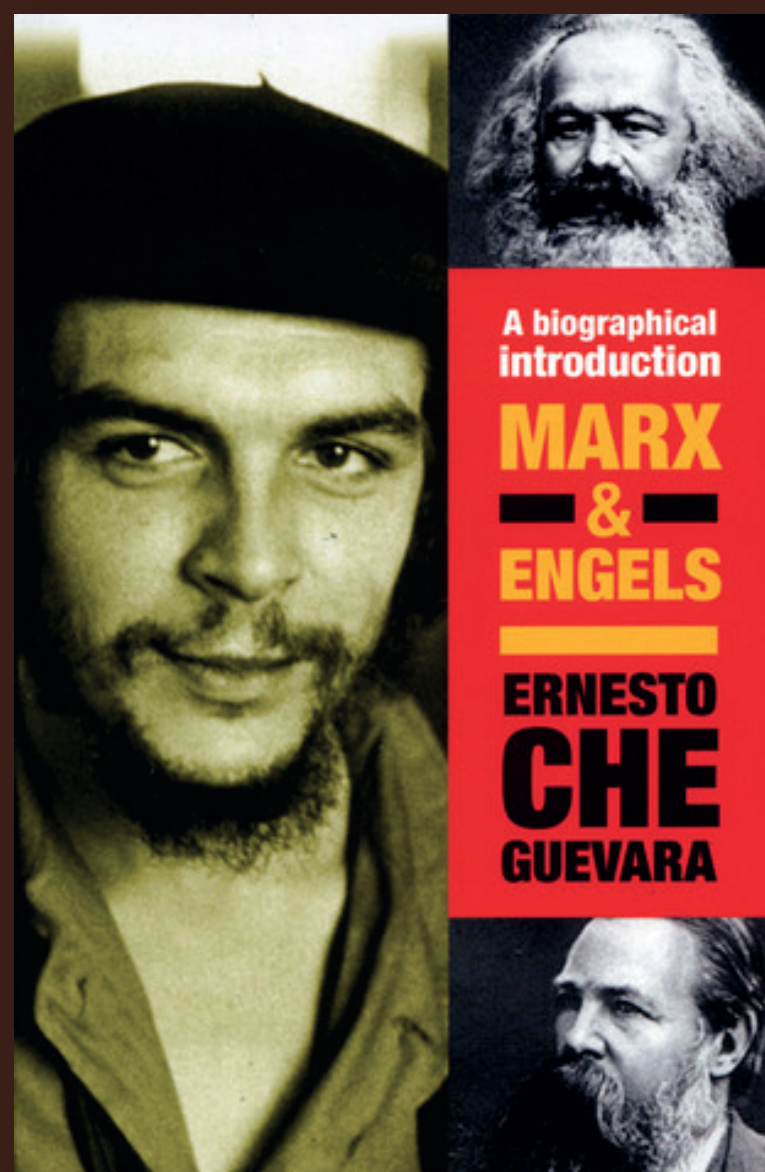
*Por Ernesto Che Guevara**

Karl Marx e Frederico Engels nasceram geográfica e cronologicamente próximos. O primeiro, em Tréveris, em 5 de maio de 1818; o segundo, em Barmen, em 28 de novembro de 1820. Ambas cidades localizadas na província alemã da Renânia. Eles não se conheceram na juventude e viveram em ambientes radicalmente diferentes.

Por volta de outubro de 1842, Marx e Engels se conheceram em circunstâncias em que o primeiro tinha rompido com os jovens hegelianos e o segundo ainda não; por isso o primeiro encontro foi bastante frio e nem fazia suspeitar a identificação que eles alcançariam ao longo dos anos.

Karl Marx era filho de um advogado judeu, convertido ao

cristianismo, mas toda a sua família estava impregnada de tradições religiosas hebraicas. Ele não era pobre, embora devesse ter sentido as dores do preconceito racial. Inscreveu-se para seguir a carreira de Jurisprudência em Bonn, depois em Berlim, onde começaram suas preocupações filosóficas. Obteve Doutorado em Filosofia, em Jena, no ano de 1841, onde apresentou como tese um estudo sobre Demócrito e Epicuro.



Frederico Engels não concluiu a faculdade, tornou-se um homem de negócios, como seu pai. Chegou a estudar Filosofia, em Berlim, mas teve de abandonar os estudos para servir ao Exército. Toda sua vida foi protegida de privações econômicas e sua grande preocupação era ajudar na subsistência de seu amigo Marx, este sempre perseguido pela miséria e que nunca em sua vida trabalhou em outra coisa senão em suas pesquisas científicas e na organização da classe trabalhadora. Enquanto o pai de Marx, imbuído pelo espírito liberal, entendia as preocupações de seu filho, a família de Engels, especialmente seu pai, sofreram muito com as andanças de Frederico, que desde a infância mostrava um caráter rebelde a todo dogma.

Ambos começaram a militância através da literatura, compuseram versos (que a crítica considerava insignificantes), todavia, cessaram rapidamente esse ímpeto juvenil. Foram atraídos na juventude pela Filosofia de Hegel e participaram das análises e reflexões dos jovens hegelianos. Ficaram maravilhados com Feuerbach e, simultaneamente, superaram-no ao avançarem ao materialismo dialético, em uma associação sem paralelo na história, tanto pela magnitude dos homens que a integraram quanto pela fidelidade de uma amizade inquestionável.

De suas vidas anteriores, antes da parceria, pouco há o que se dizer. Apenas uma personagem é digna de menção pelo imenso papel que desempenhou na vida de Marx: JENNY DE WESTFALIA (1). Essa mulher, da pequena nobreza alemã, constituiu o outro pilar da vida de Marx. Não se pode dizer que ela foi, em sentido intelectual, algo além de uma admiradora cega dele, seu marido e uma copista de seus manuscritos, nem era uma boa dona de casa, no sentido exato do termo. Sua grandeza residiu em ter percebido o alcance da genialidade de Marx e a necessidade de que ele pudesse expressá-la em obras, para isso sacrificou os sonhos mais íntimos das mulheres de sua classe. Acostumada a mimos, ao ócio, conforto econômico e à tranquilidade de sua posição social, pode-se dizer que ela perdeu tudo de uma só vez, ligando-se indissoluvelmente, sem resignações, ao revolucionário intransigente que era Marx, inclusive vários de seus filhos morreram de causas direta ou indiretamente atribuíveis à miséria em que viveram por muitos anos. Constituíram-se um casal modelo e de força do amor recíproco, atestam isto as cartas de sua filha caçula que narram a despedida de Marx, já velho e doente e de sua mulher moribunda por causa de um tumor maligno:

“



Na grande alcova da frente, estava deitada a nossa pobre mãe, e, no quarto menor, ao lado, o Mouro. Eles, que tão compenetrados estavam um com o outro, tão intimamente unidos, não podiam ficar no mesmo quarto. O Mouro sobrepujou uma vez mais a sua doença. Nunca esquecerei aquela manhã em que ele sentiu que ainda tinha forças suficientes para ir ao quarto da mamãe. Quando se viram novamente, parecia terem voltado aos dias radiantes de suas juventudes. Ela como a noiva e ele como o jovem apaixonado que entraram na vida juntos. Ao vê-los, não pareciam um homem velho e arruinados pela doença e uma anciã moribunda que se despediam para sempre.

”

Frutos desse casamento, três mulheres chegaram à idade adulta: Jenny, Laura e Eleanor. O casal perdeu vários filhos, mas o que deixou uma ferida profunda em ambos foi Edgar, que faleceu com oito anos e de quem os dois se lembravam com saudades frequente nas cartas privadas, ainda conservadas.

Embora não ocupe o lugar de Engels, é impossível esquecer em um relato dos acontecimentos da vida de Marx, por mais breve que tenha sido, a extraordinária mulher que foi a companheira de toda a sua existência adulta e que só sobreviveria pouco mais de um ano após a morte de seu companheiro.

A carreira de Marx como escritor político começa com um artigo sobre censura que não foi possível publicar pela intervenção da própria censura; era para os Anais Alemães, de propriedade de Ruge, um amigo da juventude de quem Marx logo se afastaria. A sua obra de importância, entretanto, se iniciaria na Gazeta do Reno, da qual viria a ser, em curto prazo, editor-chefe.

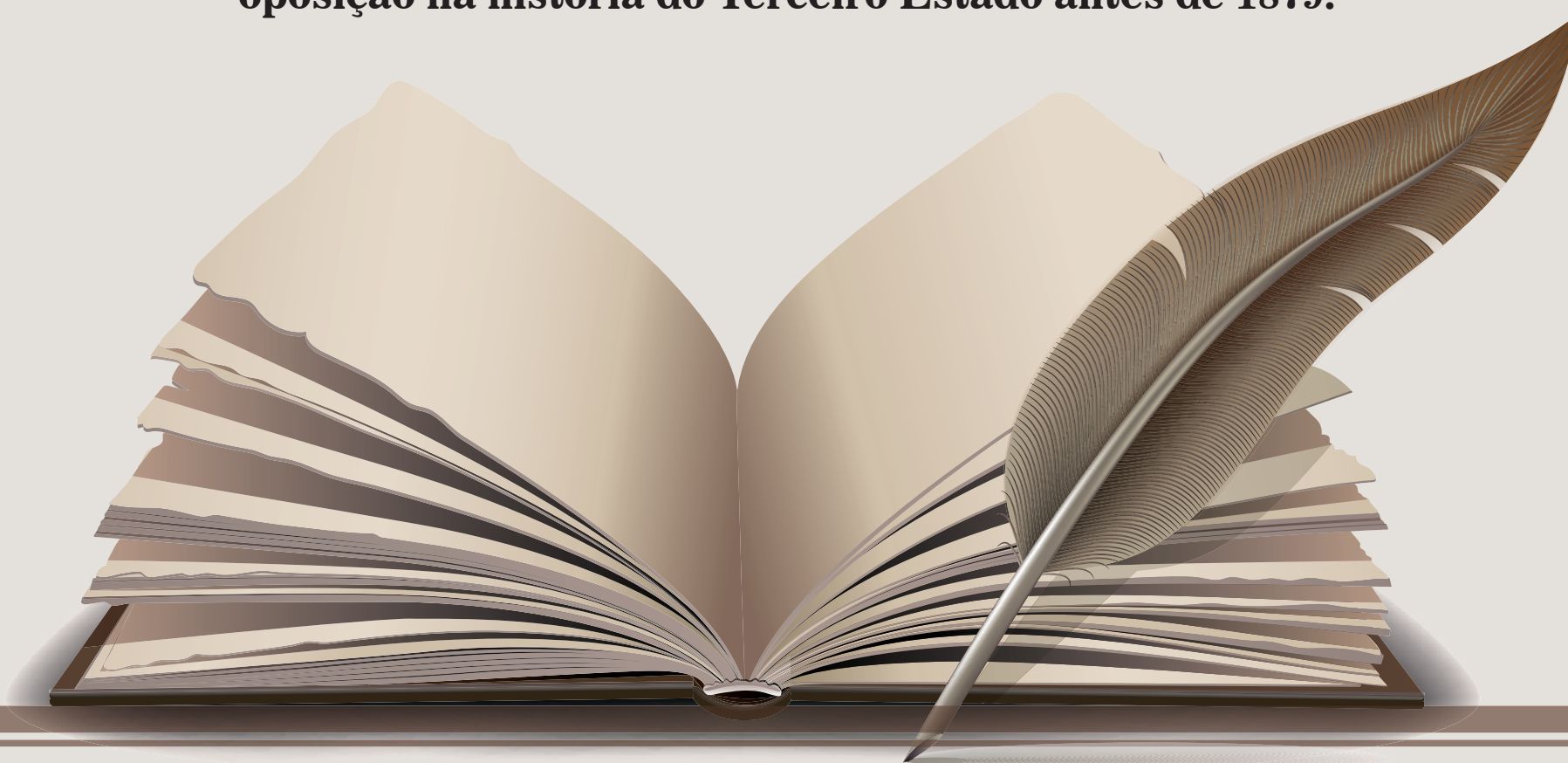
Nas duas publicações, a seguir, o jovem Engels começou a polir suas armas dialéticas sob o pseudônimo de Frederico Oswald.

A Gazeta do Reno causou grande inquietação nos círculos reacionários, o governo prussiano, por exemplo, decidiu suprimi-la e estabeleceu, como um passo preliminar, a censura. Marx abandonou a publicação ao descobrir que os acionistas pretendiam suavizar as críticas na tentativa de salvar a publicação.

Diante da impossibilidade de publicar os Anais Alemães, na Alemanha, Ruge e Marx decidiram criar os Anais Franco-Alemães, revista publicada na França, a qual teve apenas uma única edição. Marx publicou nela: "Introdução a uma crítica da Filosofia do direito de Hegel", na qual ele não rompeu com suas antigas convicções, mas começou a procurar a interpretação da sociedade no curso da História. Engels publicou na revista "Esboços para uma crítica da economia nacional", a primeira aldrabada econômica de um dos fundadores.

Marx aproveitou o tempo em Paris para aprofundar seus estudos históricos. Leu escritores burgueses como Thierry e Guizot. De Thierry, Marx tomou um dos fundamentos de sua teoria: a luta de classes. Muito tempo depois, em 1854, disse a Engels, em uma carta:

Um livro que me tem interessado muito é o de Thierry, História da formação e do progresso do Terceiro Estado, de 1853. É notável a indignação para com este cavalheiro, pai da "luta de classes" na literatura histórica francesa - está furioso - com os "novos" escritores que agora veem um antagonismo também entre a burguesia e o proletariado e que, inclusive, desejariam detectar as pegadas desta oposição na história do Terceiro Estado antes de 1879.



Sem deixar de reconhecer méritos intelectuais e históricos dos seus antecessores, Marx apontou a falha crítica imposta pela sua ideologia aos pensadores da burguesia.

Pouco mais de um ano durou a sua permanência na França, de onde seria expulso, no que foi para Bruxelas com sua família, aumentada nesse contexto pelo nascimento de sua filha mais velha.

Quando Engels publicou seus primeiros escritos econômicos, Marx tinha estudado o tema, ainda a partir de uma posição filosófica dada por suas raízes hegelianas-feuerbachianas, mas as folhas em que esses estudos tomaram forma, extraordinários pela sua penetração, só vieram a público muitos anos depois da morte de ambos. São os chamados Escritos econômico-filosóficos, de 1844.

O primeiro trabalho colaborativo entre eles se deve quase todo a Marx: A Sagrada Família. Essa obra é um conglomerado de crítica filosófica (contra os jovens hegelianos), críticas literárias e lampejos de materialismo histórico. Boa parte do livro discorre na crítica da crítica, feita por um jovem hegeliano, de Os mistérios de Paris, um romance de Eugène Sue, há muito esquecido. Em uma carta a Engels, em 1867, Marx, que a releu, diz-lhe: "... Fiquei agradavelmente surpreso ao ver que não precisamos ter vergonha dessa obra, embora o culto de Feuerbach produza em nós mesmos um efeito muito cômico agora".

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra é outro grande vislumbre de Engels que, antes de completar 25 anos, mostra que já está bem no rumo de sua potência criadora. Marx diz sobre ela (carta a Engels, 1863):

- ● ● **A releitura do seu livro me fez lamentavelmente consciente de que estamos envelhecendo. Com que frescor e paixão, com que ousadas antecipações e sem cultas e científicas dúvidas tratam-se as coisas aqui! E a mesma ilusão de que o resultado vai pular amanhã ou depois à luz do dia da história, dá ao livro calor e jovial humor (comparado com o qual o ‘cinza’ posterior forma um contraste detestável).**

Como Mehring aponta, Engels superava a Marx na facilidade e velocidade com que ele compreendia o cerne da questão, com uma prosa sem meandros. Nos dá a impressão de que não gostava de espremer o seu pensamento a fundo, abusava de sua competência “jornalística” e abordava os assuntos levemente, com muito menos profundidade que Marx. Suas principais obras são desafios do pensamento; polêmicas, como Anti-Dühring (filósofo

que ele salva do esquecimento com seu título) e pouco mais do que glossários em A origem da família, da propriedade privada e do Estado, os que têm sido tão importantes na história do pensamento marxista.

Ele próprio o reconhece sucinto, quem sabe se com absoluta sinceridade ou com algo de autodesprezo irônico, em uma carta a Marx, de 1851:

De qualquer forma, seu novo material sobre o lucro do solo está perfeitamente correto. A afirmação de Ricardo nunca me convenceu de que a improdutividade da terra cresce junto com a população, e nem nunca pude encontrar uma confirmação de sua afirmação de que o preço do cereal aumenta, mas com a minha conhecida preguiça em questões teóricas, calmamente peguei os resmungos internos do meu melhor e nunca fui ao fundo do assunto.

Marx chegou um pouco mais tarde, mas a sua poderosa humanidade concentrou-se toda em percorrer o caminho, incansavelmente, de cima para baixo, de baixo para cima, nas ramificações, sem perder de vista o tronco, sem nunca se desesperar em seu esforço, até coroá-lo com *O Capital*. Toda a sua obra e sua vida é uma preparação para sua síntese magistral.

Em Bruxelas, os dois parceiros redigiram um novo manuscrito, *A Ideologia Alemã*. Outro embrião que somente viu a luz após a morte de seus progenitores. Repete-se aqui a fraseologia tumultuosa de *A sagrada família*, a ironia tão visceral que é difícil entender aos modestos leitores de hoje em dia e a sucessão de impropérios contra aqueles que eram anões, sem lugar na história. Aparece neste livro, mais decantada, a visão da sociedade como uma grande síntese em contínua mudança, com

violentas comoções e com características próprias, em cada época e, também, a preocupação concreta com os problemas sociais que os colocam perto dos comunistas daquele momento e de Proudhon, a quem, no entanto, analisam com espírito inquisitivo. As críticas dos "socialistas modernos", um tipo de seita filosófica que buscava se colocar acima dos lutadores políticos desde o plano do pensamento puro, são tão precisas quanto despidadas (2).

O acordo entre caracteres tão opostos e com visões tão contraditórias da sociedade, como Proudhon e Marx, não podia perdurar. Proudhon escreveu *A filosofia da miséria* e Marx respondeu com *Miséria da filosofia*. Esta obra polêmica, que levou os autores à desavença, tem a importância de ser a primeira em que se dá um esboço completo do materialismo histórico. Ainda faltava um longo caminho para concluir seu trabalho, mas aqui ele incorporava o essencial. Era 1847.

Numa carta a P.V. Annenkov, de 28 de dezembro de 1846, faz uma síntese de suas críticas a Proudhon, da qual esses parágrafos são extraídos:

Devo confessar que o livro como um todo me parece ruim, muito ruim. Você próprio ri, em sua carta da "marca da filosofia alemã", da qual M. Proudhon faz ostentação nesta obra sombria e sem forma, mas supõe que a questão econômica não foi infectada pelo veneno filosófico. Também estou muito longe de imputar as falhas da discussão econômica à filosofia de M. Proudhon. Não é que M. Proudhon nos dê uma falsa crítica da economia política por possuir uma absurda teoria filosófica, mas nos dá uma teoria filosófica absurda porque ele não pode compreender a situação social de hoje em seu engrènement (concatenação) para empregar uma palavra que, como muitas outras coisas, M. Proudhon tomou de Fourier (...).

O que é a sociedade, qualquer que seja sua forma? O produto da atividade recíproca dos homens. Os homens são livres para escolher por si próprios esta ou aquela forma de sociedade? De maneira nenhuma. Suponha um estado particular de desenvolvimento das forças produtivas do homem e se terá uma forma particular de comércio e consumo. Suponha etapas particulares no desenvolvimento da produção, comércio e consumo, e ter-se-á uma ordem social correspondente, uma organização correspondente da família e das hierarquias



e classes: em uma palavra, uma sociedade civil correspondente. Pressuponha uma dada sociedade civil e se terá condições políticas particulares que são apenas a expressão oficial da sociedade civil. Proudhon nunca entenderá isto porque acredita que faz algo grande partindo do Estado para entender a sociedade: isto é, partindo do resumo oficial da sociedade para a sociedade oficial.

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher suas forças produtivas - que são a base de toda a sua história - pois cada força produtiva é uma força adquirida, produto da atividade anterior.

Todas as velhas formas econômicas, as relações sociais correspondentes e as condições políticas, que eram a expressão oficial da antiga sociedade civil, foram destruídas na Inglaterra. Assim, as formas econômicas em que os homens produzem, consomem e trocam são transitórias e históricas. Ao conquistar novas forças produtivas, o homem muda seu método de produção e, com o método de produção, todas as relações econômicas, que são meramente condições necessárias desse método específico de produção.

... Monsieur Proudhon entendeu muito bem o fato de que os homens produzem vestidos, roupa branca, sedas e é um grande mérito dele ter compreendido esse pouquinho. O que ele não entendeu é que esses homens, de acordo com suas forças, também produzem as relações sociais em cujo seio confeccionam os vestidos e a roupa branca. E menos ainda compreendeu que os homens, que conformam suas relações sociais de acordo com seu método material de produção, também conformam ideias e categorias, ou seja, a expressão abstrata, ideal, dessas mesmas relações sociais. Assim, as categorias não são mais eternas do que as relações que expressam. São produtos históricos e transitórios. Para M. Proudhon, pelo contrário, abstrações e categorias são a causa primordial. Segundo ele, elas são, e não os homens, que fazem a história. Abstração, a categoria enquanto tal - isto é, separada dos homens e de suas atividades materiais - é obviamente imortal, imóvel, imutável, é apenas uma maneira de ser da razão pura; o que é apenas outra maneira de dizer que a abstração, como tal, é abstrata. Tautologia admirável!



Marx, por outro lado, recusou-se nos primeiros momentos a fazer qualquer crítica ao amigo desaparecido, a quem, anos depois, trataria com dureza ao saber de algumas de suas manobras com Bismarck.

Respondendo ao fôlego revolucionário, ainda que tardiamente, as massas alemãs chegaram a se alçar em armas, especialmente em Baden e Palatinado, e lá correu Engels para se alistar como soldado. O terror que provocava na burguesia o seu nascente nome público, sempre à espreita para tirar partido da luta sem arriscar nada, impediu que o seu papel de dirigente fosse destacado, mas, como assistente de Willich, em seu destacamento voluntário, participou de quatro combates destinados à proteção da retirada do exército derrotado de Baden para a Suíça. Sua experiência militar durou um mês, de 13 de junho a 12 de julho de 1849, data em que ele atravessou a fronteira com o destacamento citado, o último na retirada. Sua paixão pela ciência militar permaneceria por toda a vida, sendo ele o encarregado de escrever sobre questões bélicas sempre que Marx precisava se referir a elas em seus artigos.

Pouco depois, Marx, quando residia na França, recebeu uma ordem de confinamento em uma área remota e insalubre da Bretanha, mas preferiu se mudar para Londres, que seria sua residência permanente até o fim de seus dias.

Sem desanimar, Marx e Engels fundaram na capital inglesa a Nova Revista do Reno, que iria perdurar por seis números e estava sob a direção do primeiro. Nela eram analisados os problemas políticos do momento com a profundidade habitual e cada vez com maior maestria, bem como o desempenho de "A Liga dos Comunistas", que foi incapaz de sobreviver ao declínio da onda revolucionária de 1848 e onde Marx e Engels enfrentaram o ex-chefe deste, Willich, agora em discrepâncias prático-teóricas com os futuros líderes do proletariado mundial.

Com o desaparecimento da revista, Engels vai morar em Manchester como representante da fábrica de tecidos da qual seu pai era sócio e Marx fica em Londres, perto de seu British Museum, que tanto o ajudava em seus trabalhos científicos, graças à documentação acumulada.

Um amigo comum, Weydemeyer, teve que emigrar para os Estados Unidos para escapar da perseguição de que era objeto. Fundou ali uma revista de vida precária, mas importante, porque inseriu em suas páginas O dezoito de Brumário de

Luís Bonaparte. Este é uma análise política tão profunda quanto convincente nos dias de hoje; de conclusões muito radicais para a época, pelo que não teve nenhum êxito,

Pelo contrário, aconteceu com dois antecessores, Victor Hugo e Proudhon, cujas análises de Napoleão, "o pequeno", como Hugo o batizou, tiveram grande acolhida entre o público leitor.

Foram tempos de condensação e estudo.. Marx publicou A luta de classes na França de 1848 a 1850 e Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. Enquanto isso, Engels escreve A Guerra Camponesa na Alemanha e a Revolução e Contrarrevolução na Alemanha. A tese, sustentada por ambos, de que deveria esperar por melhores condições revolucionárias, colidiu com o fervor cego de Willich, partidário da ação extrema. Finalmente, os parceiros se separaram do grupo dos emigrantes com suas queixas estéreis que os distraíram da tarefa científica que haviam se proposto. Por proposta de Marx, em novembro de 1852, a Liga dos Comunistas se declarou dissolvida.

Essa época, em Londres, é uma das mais negras da vida de Marx. Seu amigo ainda não ganhava o suficiente para ajudá-lo, sem mencionar que Engels tinha que manter seu lar junto de Mary Burns, uma garota irlandesa que foi sua companheira até sua morte.

A única fonte de renda de Marx eram os artigos do New York Herald Tribune e que nem sempre foram publicados (e, portanto, não pagos). O casamento dele não conseguiria se sustentar com os ingressos produzidos pelos artigos do jornal ianque, e, como já foi esclarecido, que nenhum dos cônjuges era bom na arte prosaica e cotidiana de espremer cada centavo e tirar o máximo proveito dele.

Nestes anos, em 1855, ocorreu a morte de seu filho Edgar, que deixou muitos sinais amargos na existência do casamento. Como Marx sempre foi, não devemos esquecer, um indivíduo humano até a sublimação, amou a sua esposa e filhos com carinho único, mas teve que colocá-los em segundo plano devido à obra de sua vida. Doloroso foi para este pai e marido exemplar que seus dois amores, sua família e sua dedicação ao proletariado, fossem tão excludentes. Ele tentou torná-los compatíveis, mas sempre deixou transparecer em sua correspondência privada o eco de um escrúpulo, que desativava o raciocínio, diante da vida estrita e às vezes miserável que sua família deveria sofrer.

Em uma carta a Kugelmann de 1862, ele diz:

Em 1861, devido à guerra civil norte-americana, perdi minha principal fonte de renda, o New York Tribune. Minhas contribuições para esse jornal foram suspensas até o presente. Por isso, fui obrigado e estou obrigado a aceitar uma quantidade de trabalho de peão para não ficar na rua com minha família. Inclusive tinha decidido me tornar um "homem prático" e estava prestes a conseguir um emprego em um escritório ferroviário no início do próximo ano. Devo chamá-la de boa ou má sorte? A questão é que não consegui o emprego por causa da minha caligrafia ruim, de forma que você vê que tinha pouco tempo e pouca paz para o trabalho teórico.

Em uma carta a Meyer, excepcional pelo patético (1867), ele se enfurece contra tudo:

Por que eu nunca respondi a ele? Porque estive rondando constantemente na beira do túmulo. Por isso, tive que usar todos os momentos em que conseguia trabalhar para terminar o trabalho pelo qual sacrifiquei minha saúde, minha felicidade na vida e minha família. Espero que esta explicação não exija mais detalhes. Eu rio dos chamados homens "práticos" e de sua sabedoria. Se eu tivesse resolvido ser um boi, poderia, é claro, dar as costas às agonias da humanidade e a deixar por sua própria conta. Mas eu teria sido realmente impraticável se não tivesse terminado completamente meu livro, pelo menos um rascunho.

No ano de 1859, Marx arremata parcialmente sua obra econômica e publica Contribuição à crítica da Economia Política. Entretanto, este trabalho era apenas uma variação, um antecedente do Capital. Abrange o estudo da mercadoria e do dinheiro, parte do primeiro volume de sua obra mestra. Contudo, a

prosa está muito mais sobrecarregada neste antecedente e explica o pouco êxito da crítica que teve e que, mesmo Lassalle, não entendeu o seu real conteúdo, o que não teria acontecido caso tivesse lido o tratamento dado ao assunto na obra terminada.

Primeiro, o plano da obra que começou a ser publicado em folhetos, tinha seis partes. O tempo e o aprofundamento dos estudos variariam este esquema. Em uma carta a Engels de 1858, ele explica:

O que se segue é um breve resumo da primeira parte. Toda a porcaria tem que ser dividida em seis livros: I Capital; II Propriedade da terra; III Trabalho assalariado; IV Estado; V Comércio internacional; VI Mercado Mundial.

Capital. Contém quatro secções: A. O Capital em geral (este é o material da primeira parte); B. Competição, ou a ação de diversos capitais, uns sobre os outros; C. Crédito, em que o capital aparece como um elemento geral comparado aos capitais privados; D. Capitais por ações, como a forma mais completa (que passa para o comunismo) junto com todas as suas contradições.

Marx ansiava terminar sua obra sobre economia, pois, segundo afirmação própria, estava enfastiado dessa ciência que havia avançado tão pouco desde Smith e Ricardo. No entanto, agora surge o enunciado (embora não demonstrado, uma vez que a publicação de seus folhetos não continuou) de uma

de suas descobertas fundamentais: o mecanismo de valor, incluindo nele o conceito de força de trabalho, sutileza que permitiria elucidar o intrincado mecanismo das relações capitalistas de produção e sua resultante, a mais-valia.

Embora não a cite, a explicação é anunciada neste parágrafo:

O valor de um produto é igual ao tempo de trabalho contido, o valor de troca de um dia de trabalho é igual ao seu produto. Ou seja, o salário do trabalho deve ser igual ao produto do trabalho. Mas o problema é que ocorre o contrário. Esta objeção se resolve no seguinte problema: Como é que a produção, sobre a base do valor de troca criado somente pelo tempo trabalhado, leva ao resultado de que o valor de troca do trabalho é menor do que o valor de troca do produto? Resolveremos o problema no estudo de O Capital.

Mas esta parte só veio a público oito anos mais tarde, na versão definitiva de *O Capital*.

Logo após a publicação parcial de seu trabalho, devido a uma sucessão de intrigas, foi forçado a escrever um panfleto controverso, O Senhor Vogt. Neste ele desmascara o homem que o difamava, como um agente de Napoleão. Esse é mais um dos muitos personagens que a grande dupla fez sobreviver com uma crítica que força o interesse pelo sujeito da mesma. Nada acrescenta à ciência econômica ou ao prestígio de Marx.

Os anos seguintes, foram ocupados em duas tarefas fundamentais: O Capital e a Primeira Internacional. Esta foi fundada em 1864, em Londres, e sua proclamação inaugural foi escrita pelo próprio Marx, bem como seu estatuto.

A Primeira Internacional teve uma vida efêmera, considerando seu caráter, mas de grande importância na organização da classe trabalhadora. A relutância dos lassaleanos alemães e as contínuas lutas com os apoiadores de Proudhon e Bakunin, finalmente a transformaram em uma caverna de intrigas. No entanto, a sua morte foi devido à anemia causada pela falta de apoio dos trabalhadores organizados na Europa, alguns dos quais, os ingleses primeiro, começaram a receber esmolas que o imperialismo distribui à classe explorada de seu próprio país quando tem outros lugares onde pode exercer sua pilhagem abertamente.

No refluxo revolucionário, após a Comuna de Paris, a primeira associação internacional de trabalhadores naufragou, mas não antes de ligar os alarmes dos reacionários que começaram a tomar rápidas medidas de contenção (5).

O conflito franco-alemão e a subsequente Comuna de Paris demonstrariam palpavelmente a natureza das guerras burguesas. Os alemães vitoriosos e os exploradores franceses derrotados não tiveram vergonha em se unir para liquidar, a sangue e fogo, a primeira tentativa séria do proletariado de "assaltar o céu", segundo a frase de Marx.

A guerra franco-prussiana começou em 19 de julho de 1870 e, já no dia 23 do mesmo mês, o Conselho Geral da Internacional publicou uma convocatória especial, redigida por Marx, onde se alertava aos operários da Europa sobre o caráter e os fins da contenda.

Depois de Sedán, Marx não considerava seriamente a possibilidade de que o proletariado tomasse o poder, mas quando o fez, deu seu decidido apoio. A Internacional não tinha arte nem parte na empresa, produto espontâneo das massas em aberta rebeldia ou, de qualquer forma, sob a influência dos blanquistas, mas assumiu a defesa dos vencidos e endossou como sua a causa, influenciada, naturalmente, por Marx e Engels. Sobre ela se polarizou o ódio à burguesia e a desconfiança de todos os membros da classe operária que, de uma forma ou outra, tinham interesse em perpetuar o status quo. Os operários ingleses romperam com ela e, pouco depois, foi dissolvida. Deixou como único testamento a fé imutável no futuro da sociedade socialista.

Marx e Engels, por sua vez, tiraram lições úteis do fracasso, e o primeiro deixou uma análise profunda dos fatos em A guerra civil na França, publicada sob o auspício da Internacional. Uma das consequências mais importantes da Comuna foi o clarão que se fez sobre a necessidade de romper o velho aparelho estatal para poder consolidar o poder do povo. Atualmente a polêmica sobre este ponto continua. Marx, em carta ao seu amigo Kutzelnann, opina que talvez, na Inglaterra, não fosse necessária a ruptura violenta de todo o aparelho estatal anterior.

Existe um parecer de Lenin, de dias prévios à Revolução de Outubro, em que indica a possibilidade “historicamente extraordinária”, de tomar o poder pela via pacífica. Estas duas frases, isoladas do seu contexto ou tendenciosamente interpretadas, têm servido para a defesa do “pacifismo agressivo” de muitos dirigentes de partidos comunistas e até de nações socialistas. De qualquer forma, a opinião de Marx sobre os erros e acertos da Comuna, é categórica, como em outra carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, e outras várias a diversos destinatários:

Se você observar, no último capítulo do meu Dezoito de Brumário, verá que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será já, como até agora, a transferência da máquina burocrático-militar de uma para outra mão, mas destruí-la, e isto é essencial para toda a verdadeira revolução popular do continente. E isto é o que estão tentando nossos heroicos camaradas do partido de Paris. Que elasticidade! Que iniciativa histórica! Que capacidade de sacrifício a destes parisienses!

Depois de seis anos de fome e ruína, causadas mais por traição interna do que pelo inimigo externo, erguem-se sob as baionetas prussianas, como se entre a França e a Alemanha nunca tivesse havido guerra e como se o inimigo não estivesse nos portões de Paris. A história não tem outro exemplo de tal grandeza. Se forem derrotados, só ter-se-á de culpar o seu “bem natural”. Deveriam ter marchado em seguida sobre Versalhes, depois que, primeiro Vinov e, a seguir, a parte reacionária da Guarda Nacional de Paris tivessem se retirado. Perdeu-se o momento oportuno.

Por escrúpulos de consciência, não quiseram desatar a guerra civil, como se esse aborto torto de Thiers já não tivesse desencadeado a guerra civil com as suas tentativas de desarmar Paris. Segundo erro: O Comitê Central abandonou o poder muito cedo para dar passo à Comuna. Mais uma vez, por “honorrável” excesso de escrúpulos! Mas, seja como fosse, esse levante em Paris - mesmo que sucumba aos lobos, porcos e cães vis da velha sociedade - é a façanha mais gloriosa do nosso partido desde a insurreição parisiense de junho.

Em 1867, Marx viu coroar parte de seu trabalho com a publicação completamente concluída do primeiro volume de O Capital. Os demais não foram publicados até depois de sua morte e também não completam o seu pensamento econômico, pois faltam partes inteiras, como a parte do comércio internacional, o que teria lhe permitido, ainda que mais não fosse, vislumbrar o nascente fenômeno imperialista.

Em carta a Kugelman datada de 1866, dá o plano da obra, muito parecido ao resultado final que chegou incompleto até nós:

A obra toda é dividida da seguinte forma:

Livro I - O Processo de Produção do Capital;
Livro II - O Processo de Circulação do Capital;
Livro III - A forma do Processo em seu Conjunto;
Livro IV - Contribuição à História da Teoria Econômica.

O primeiro volume contém os dois primeiros livros. Acredito que o terceiro livro encherá o segundo volume e o quarto livro o terceiro.

Outra parte deste mesmo livro a dedicamos à síntese de O Capital e sua análise crítica, por isso não insistiremos agora. Apenas citaremos o próprio Marx, em uma carta a Engels (1867), onde ele faz um esboço dos acertos mais notáveis, em sua opinião:

Os melhores pontos do meu livro são: 1) O caráter duplo do trabalho, dependendo de ser expresso em valor de uso ou em valor de troca (toda a compreensão dos fatos depende disto, é imediatamente sublinhado no primeiro capítulo); 2) O tratamento da mais-valia, independentemente de suas diversas formas, benefícios, juros, renda da terra etc. Isso aparecerá especialmente no segundo volume. O tratamento de formas particulares pela economia clássica, que sempre as misturam com a forma geral, é uma boa confusão.

Seu período de criação em plena capacidade estava quase esgotado, uma vez que grande parte dos outros dois volumes e a História crítica da teoria da mais-valia, foram escritos nessa época.

Dos seus últimos anos, temos esse feixe de luz sobre o futuro chamado Crítica do programa Gotha, a única previsão feita por ele, mais ou menos orgânica, sobre o futuro comunista. Seu espírito extraordinariamente solícito o impedia de sonhar ou desenvolver qualquer assunto que não fosse baseado em um argumento sem falhas. A indignação foi necessária, provocada pelo programa dos social-democratas alemães

(que caíram sob a influência dos lassaleanos), para tomar a decisão de escrever sobre esse assunto e apenas na forma de análise do citado programa.

Cada vez mais adoentado, embora já livre de preocupações econômicas devido a seu camarada Engels, viveu seus últimos dias tendo que suportar a perda de suas duas Jennys, mãe e filha, em dezembro de 1881 e 1883, respectivamente. Inutilizado para o trabalho e sem a fonte secreta de sua energia, arrebatada pela morte, nada mais tinha para fazer neste mundo e se retirou deste em 14 de março de 1883.

**Esse ser tão humano cuja capacidade de carinho se
estendeu aos sofridos do mundo inteiro, mas
levando-lhes a mensagem da luta séria, do otimismo
inquebrável, tem sido desfigurado pela história
até convertê-lo num ídolo de pedra.**

**Para que seu exemplo seja ainda mais luminoso, é
necessário resgatá-lo e dar-lhe a sua dimensão humana.**

O marxismo ainda aguarda a biografia que complete o magnífico trabalho de Mehring com um pouco mais de perspectiva e corrigindo alguns erros de interpretação que este sofreu. Nosso esboço cumpre apenas a função de prólogo deste trabalho dedicado a pessoas que podem não ter tido contato com a economia marxista, nem conhecem as vicissitudes de seus fundadores. De qualquer forma, a mensagem que sintetiza sua vida é, necessariamente, o discurso de Engels diante do seu túmulo: Em 14 de março, às duas horas e quarenta e cinco minutos da tarde, parou de pensar o maior pensador vivente. Mal o deixamos sozinho por dois minutos, quando ao voltarmos, o encontramos serenamente dormindo em sua cadeira, mas para sempre.

Impossível medir em palavras tudo aquilo que o proletariado militante da Europa e da América, tudo aquilo que a ciência histórica perdeu com este homem. Rapidamente far-se-á sensível o vazio que deixa a morte desta imponente figura.

Assim como Darwin descobriu a lei da evolução da natureza orgânica, Marx descobriu a lei pela qual se rege o processo da história humana; o fato, muito simples, mas que até ele parecia estar enterrado sob um emaranhado ideológico, é que o homem, antes de se envolver em política, ciência, arte, religião etc., precisa de, acima de tudo, comer, beber, ter onde morar, se vestir e que, portanto, a produção dos meios materiais e imediatos da vida, ou o que dá na mesma, o grau de progresso econômico de cada povo ou de cada época, é a base sobre a qual logo se desenvolvem as instituições do Estado, as concepções jurídicas, a arte e até as ideias religiosas dos homens desse povo ou dessa época e da qual, por conseguinte, tem que partir para a explicação de tudo isto, e não ao contrário, como até Marx vinha fazendo.

Mas, isso não é tudo. Marx também descobre a lei especial que preside a dinâmica do atual regime capitalista de produção e da sociedade burguesa por ele criada. A descoberta da mais-valia esclareceu todo este sistema, que, entre seus meandros, todos os pesquisadores anteriores haviam se perdido, assim como os economistas burgueses e os críticos socialistas. Duas descobertas como essas seriam suficientes para preencher toda uma vida e, com apenas uma delas, qualquer homem poderia ser considerado feliz. Marx deixou uma marca pessoal em todos os campos que investigou, inclusive na matemática, e em nenhum deles, e eram muitos, passou superficialmente. Assim foi Marx no mundo das ciências. Mas, isto não preencheu nem metade da vida deste homem. Para Marx, a ciência era uma força histórica em movimento, uma força revolucionária. E por maior que fosse a alegria causada por qualquer descoberta que pudesse ter feito em um ramo puramente teórico da ciência, e cuja transcendência prática fosse muito remota e talvez imprevisível, era muito maior a que lhe produziam as descobertas que transcendiam imediatamente à indústria, revolucionando-a, ou à marcha da história em geral. Por isso,

acompanhava com tão vivo interesse as novas descobertas no campo da eletricidade e, ultimamente, as de Marc Deprez.

Pois Marx era, antes de tudo e principalmente, um revolucionário. A verdadeira missão de sua vida era cooperar de uma maneira ou de outra para derrubar a sociedade capitalista e as instituições do Estado criadas por ela, cooperar na emancipação do proletariado moderno, a quem ele pela primeira vez infundiu a consciência de sua própria situação e das suas necessidades, a consciência das condições que informaram sua liberação. A luta era seu elemento. E lutou com paixão, com tenacidade e com frutos que poucos homens conheceram. A primeira Gazeta do Reno, em 1842, o Vorwärts de Paris, em 1844, a Gazeta Alemã de Bruxelas, em 1847, a Novo Gazeta do Reno, em 1848 e 49, o New York Tribune, de 1852 a 1861, uma diversidade de folhetos combativos, o trabalho de organização nas associações de Paris, Bruxelas e Londres, até que finalmente viu surgir como coroação e arremate de toda a sua obra a grande Associação Operária Internacional; seu autor realmente tinha títulos para se orgulhar desses frutos, ainda que não tivesse deixado outros atrás de si.

Isso explica por que Marx era o homem mais odiado e caluniado de seu tempo. Todos os governos, os absolutistas como os republicanos, o baniram, e não havia burguês, do campo conservador ao da extrema democracia, que não o cobrisse de calúnias, em um verdadeiro torneio de insultos. Mas, ele pisava em cima de tudo aquilo como sobre uma teia de uma aranha, ignorando-as, e só pegava na pena para responder quando a extrema necessidade o exigia. Este homem morreu venerado, amado, chorado por milhões de operários revolucionários como ele, semeados ao redor do mundo, desde as minas da Sibéria até a ponta da Califórnia, e bem posso dizer com orgulho que, se teve muitos adversários, seguramente não conheceu um só inimigo pessoal.

O seu nome viverá ao longo dos séculos, junto da sua obra. Morto Marx, fazer a defesa, na prática, da teoria marxista em seus múltiplos aspectos valerá a pena, defesa que ele já vinha realizando.

Por causa da publicação na imprensa social-democrata da Alemanha de uma série de artigos de tendência proudhiana sobre a moradia, ele escreveu a Contribuição ao problema da moradia, fazendo uma abordagem marxista do assunto (1872-1873).

E em 1877, ele começou a publicar, na Alemanha, uma série de artigos refutando E. Dühring, filósofo socialista de grande prestígio nas fileiras do partido. Logo seriam transformadas em um volume, o famoso Anti-Dühring. Neste livro, cujo capítulo sobre economia política foi escrito por Marx, há uma visão muito ampla e bastante completa das ideias marxistas sobre o mundo como um todo e é, juntamente com a Dialética da Natureza, que infelizmente não chegou a terminar, um complemento muito útil para O Capital.

O último livro citado foi iniciado por Engels por volta de 1870, e foi interrompido para escrever o Anti-Dühring e jamais concluído. Permaneceu como uma herança para a socialdemocracia alemã, mas esta não o considerou útil ou o temeu (o que deve ter prevalecido), sendo resgatado para a posteridade pela URSS, onde foi impresso pela primeira vez em 1925.

O trabalho de Engels era enorme, sua maior preocupação era terminar O Capital. Em tempo relativamente curto, em 1885, dois anos após a morte de seu camarada, o segundo volume foi para o prelo, em cujo prefácio se anunciava que o terceiro

volume sairia em breve. No entanto, o trabalho de coleta e esclarecimento do acúmulo de manuscritos deixados por Marx, levou-lhe dez anos e somente pode publicá-lo poucos meses antes da sua morte.

A tarefa da publicação da História crítica da teoria da mais-valia, foi realizada pelo social-democrata alemão Karl Kautsky, quando ele ainda era um marxista fiel. Este trabalho é um conjunto de críticas aos escritores anteriores e contemporâneos de Marx. Não acrescenta nada de novo à teoria, mas observa-se o desenvolvimento de alguns pontos obscuros, como a crise, questão que, em nossa opinião, não tem sido estudada com a profundidade necessária, por Marx ou por seus continuadores.

Em 1884, Engels publicou A Origem da Família, Propriedade Privada e Estado, com base em análises críticas deixadas por Marx sobre a obra A Sociedade Primitiva, do pesquisador americano Morgan, e em seus próprios estudos. É uma exposição brilhante do desenvolvimento da sociedade que esclareceu a origem histórica das categorias sociais, ao demonstrar que elas tiveram um nascimento concreto, o que pressupõe a sua morte em certas circunstâncias. As investigações de Morgan e Darwin, um pouco anteriores às dele, confirmavam as concepções filosóficas do materialismo dialético. Em 1888, Engels escreveu Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, que também é resultado de artigos controversos a propósito de um livro sobre Feuerbach devido a Starkey.

Mas, acima de tudo, é impressionante a quantidade de correspondência mantida em uma dúzia de idiomas, já que Engels era um verdadeiro poliglota. Nesse aspecto de sua tarefa, ele faz contribuições substanciais ao marxismo em inúmeras ocasiões.

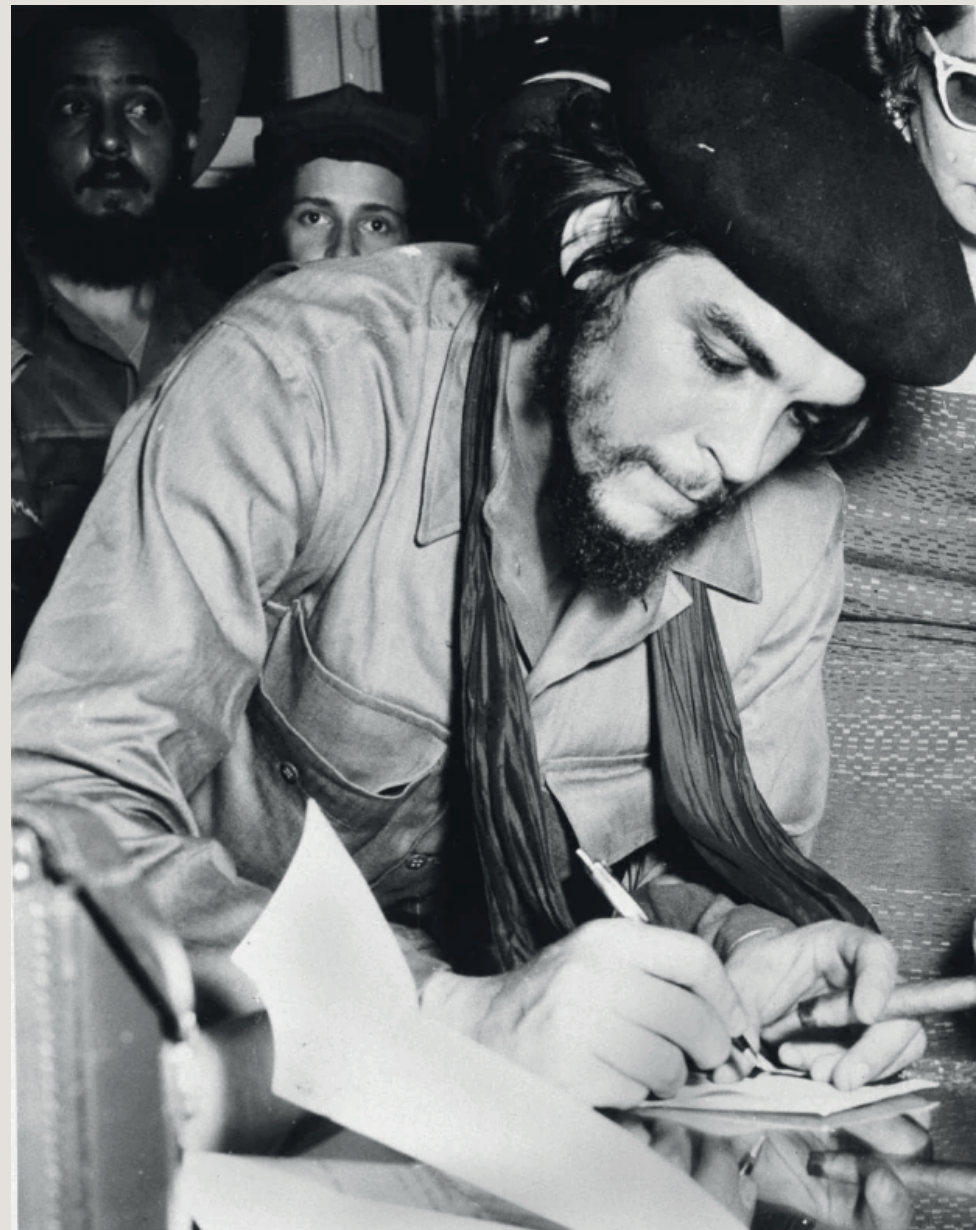
Além disso, em suas cartas, sempre é visível o revolucionário íntegro e consequente que vigia pela justa concepção nos partidos proletários, às vezes cooptados pelas ideias revisionistas que teriam seu grande expoente em Bernstein e na socialdemocracia alemã, às quais este pertencia.

Triste, porque era considerado o partido mais avançado e com maior probabilidade de tomar o poder.

Engels nunca demonstrou entusiasmo diante da aventada criação da II Internacional, pois ele não considerava que era o momento oportuno, mas diante da possibilidade do surgimento de uma força oportunista às costas do proletariado, acabou por participar dos trabalhos preliminares do congresso de Paris, onde esta foi formalmente constituída. Um dos acordos de validade histórica dessa Associação, a declaração do dia 1º de maio como um data festiva Internacional do proletariado em homenagem aos mártires de Chicago.

Seu olho estava sempre alerta e sua caneta pronta para se colocar na defesa da pureza da teoria e, enfatizamos, aqui a sua atitude revolucionária. Assim, no final de sua vida, ele acusou duramente os socialistas franceses em um artigo intitulado "O Problema dos Camponeses na França e na Alemanha", pois aqueles temperavam seu programa às aspirações de seu pequeno campesinato. Em cinco de agosto de 1895, aos 75 anos, ele morreu de um câncer que deixou a última pessoa ansiosa.

Em 5 de agosto de 1895, aos 75 anos, Engels morreu vítima de um câncer que o deixou angustiado nos últimos meses da sua vida pelas terríveis dores que lhe provocava.



Dado curioso: este fundador do socialismo científico, materialista até a medula, teve um gesto romântico. Deixou orientações em testamento para que as suas cinzas fossem jogadas no mar do Norte, em um ponto da costa que ele gostava de frequentar.

Com o seu desaparecimento, fechou-se um ciclo. Lenin teve que surgir para iniciar outro mais grandioso ainda em seus efeitos práticos: a libertação do proletariado.

NOTAS

1. Em maiúsculo no texto original de Che Guevara.

2. A ideologia alemã foi considerada importante por Marx, pois significou um ordenamento "com a nossa consciência filosófica do passado". Quando houve dificuldades para a impressão: "Abandonamos o manuscrito para a crítica roedora dos ratos muito mais à vontade como quando havíamos alcançado nosso objetivo principal, ver claramente em nós mesmos". (Marx, prefácio de *A contribuição para a crítica da economia política*).

Por sua vez, Althusser a transforma no centro do seu "corte epistemológico" que dividiria radicalmente o pensamento de Marx. Até aquele momento, Marx seria um comunista político e um filósofo idealista; a partir daí, conjuga seu pensamento político com a curiosidade de um materialista científico e alcança a maturidade. A maioria das notas de rodapé que aparecem em "Síntese..." foram redigidas por Guevara; caso contrário, far-se-á o esclarecimento pertinente. N. do E.

3. O grupo de redação estava integrado por Karl Marx, Redator Chefe, H. Burguers, E. Dronke, F. Engels, G. Weerth, F. Woolf e W. Woolf.

5. Sobre o papel exato da Internacional no surto revolucionário de Paris, este parágrafo de uma carta de Engels a Sorge ilumina, em 1874: “Em 1864, o caráter teórico do movimento ainda era muito confuso em todas as partes da Europa, isto é, também o era na massa. O comunismo alemão ainda não existia como partido operário; o proudhonismo era muito fraco como para teimar com suas maluquices; O novo lixo de Bakunin só fez aumentar em sua própria cabeça, e até os líderes dos sindicatos ingleses acreditavam que o programa estabelecido no Preâmbulo do Estatuto lhes dava uma base para entrar no movimento. O primeiro grande triunfo fez com que essa conjunção ingênua de todas as frações explodisse. Esse triunfo foi a Comuna, que sem dúvida foi, intelectualmente, filha da Internacional, embora a Internacional não tenha levantado um dedo para produzi-la, e pela qual a Internacional foi responsabilizada, o que é completamente justificado”.

4. No material comparado, Correspondência: Marx e Engels, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1957, frequentemente consultado por Che, se emprega o termo "industriais"; no entanto, em seus manuscritos aparece o termo "intelectuais". [N. do E].

Publicado por Ocean Sur

Cidade do México – México

Primeira Edição – 2007

Projeto Editorial Che Guevara – Ocean Sur e Centro de Estudos Che Guevara

Tradução – Carlos Lastra

Revisão – Wanessa Dias e Pedro Batista (2021)

ⁱ Disponível em <https://litci.org/pt/ilan-pappe-a-solucao-de-dois-estados-morreu-faz-uma-decada/>. Acesso em 3 de set. de 2021.

ⁱⁱ <https://twitter.com/laurentinogomes/status/1385929409920700419> GOMES, L. 1822. Ed. Nova Fronteira.

ⁱⁱⁱ MOEMA, V & GRONDIN, M. Abya Yala. Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas. Bambual Editora. 2021.

^{iv} dem, p. 121.

^v Ibidem.

^{vi} José Alves de Souza Junior, Fronteiras de la história. Vol. 16, 2011. P. 366.

^{vii} <https://www.xapuri.info/home/historia-povo-brasileiro-povo-combativo/>

^{viii} GOMES, L. 1822. Editora Nova fronteira, Rio de Janeiro. 2010.

